

Coleção Debates
Dirigida por J. Guinsburg

Helena.
83.

eunice r. durhan
A CAMINHO DA CIDADE

A vida rural e a migração para São Paulo

Equipe de realização: Revisão: Plínio Martins
Filho e Analdino Rodrigues P. Neto; Produção: Lúcio
Gomes Machado.



EDITORA PERSPECTIVA



8

O TRABALHO

instância

Mostramos como, para o trabalhador rural, a migração se apresenta como uma tentativa de “melhorar de vida”, isto é, de restabelecer, em nível mais alto, o equilíbrio entre as necessidades socialmente definidas e a remuneração do trabalho. Assim como a migração é motivada por insatisfações que são sentidas sobretudo na esfera econômica, é a possibilidade de vir a obter uma colocação satisfatória, isto é, que preencha ou venha a preencher, pelo menos em parte, as aspirações do migrante, que condiciona todo o processo de integração na zona urbana, ou determina, ao contrário, o retorno à vida rural. Vencido o problema de localização e

locação, o que é feito com o auxílio de grupos de relações primárias que ajudam o migrante a conseguir alojamento e aprender a locomover-se, apresenta-se a questão fundamental da colocação. A própria possibilidade de permanência na cidade, para os trabalhadores que migram com pouco ou nenhum recurso, está condicionada à possibilidade de obter rapidamente um modo de ganhar a vida.

Desse ponto de vista, a transformação do migrante rural em citadino se apresenta como a transformação do trabalhador rural em trabalhador urbano. Como o trabalho urbano, ao contrário do rural, é essencialmente um trabalho individualizado, podemos analisar essa transformação tomando como ponto de partida a carreira individual.

O Mercado de Trabalho e a Qualificação do Migrante

Estudos recentes (Lopes, 1964; Pereira, 1965), têm contribuído de modo muito positivo para o conhecimento da integração da mão-de-obra de origem rural na indústria paulista. Mas é importante considerar que, para muitos, o trabalho industrial já é o resultado de um processo de ascensão ocupacional. Para outros, o trabalho na indústria é uma opção que é rejeitada por se mostrar incompatível com os valores que orientam as aspirações ocupacionais. Tropeçamos novamente com as dificuldades, que decorrem da falta de dados numéricos. É impossível dizer qual a proporção efetiva de migrantes que procura e consegue colocação na indústria. Por outro lado, todos os trabalhos recentes sobre a urbanização na América Latina têm demonstrado que o crescimento das cidades se dá através de uma enorme expansão das atividades terciárias, que indica precisamente a incapacidade do setor industrial em absorver a mão-de-obra disponível.¹ Vê-se portanto que, pelas próprias características do mercado de mão-de-obra, parte da população migrante é forçada a procurar colocação não-industrial.

(1) Para um resumo deste problema, assim como para uma bibliografia, consulte-se Castells, 1971, especialmente pág. 105 e seg.

Mas a análise mais detalhada desse problema, o da carreira do migrante rural, deve partir da consideração de que ela depende não apenas da estrutura do mercado de trabalho, mas também das qualificações do migrante.

Não se trata aqui de qualificação no seu sentido restrito de habilidade técnica para executar esta ou aquela tarefa. Mas de qualificação no sentido mais amplo, como pré-requisito para a própria participação no mercado de trabalho. Como nota Luís Pereira, referindo-se ao operário industrial no regime capitalista, "essa mobilização do corpo e da personalidade do homem no ato específico de produção capitalista de bens e serviços só se realiza adequadamente quando neste homem se tenham constituído, por assim dizer, os 'suportes' das 'operações técnicas' tomadas em si. Mais que traços estritamente físicos ou biológicos (força e resistência orgânica), tais 'suportes' consistem em atitudes, motivações, representações, etc." (Pereira, 1965, pág. 60).² Diríamos, de outro modo, que a qualificação, no seu sentido amplo, consiste na aquisição de padrões culturais que se referem não apenas a novas técnicas, mas, inclusive, a novas normas de relações sociais e de valores que se manifestam como atitudes e motivação para o trabalho.

Reformulando o problema da carreira ocupacional dos migrantes nesses termos, poderíamos dizer que é a relação entre a natureza do mercado de trabalho, o conhecimento que o trabalhador possui ou venha a possuir desse mercado e a sua qualificação técnica (isto é, a capacidade de executar determinadas tarefas) que determinam a natureza das opções que se apresentam ao trabalhador. Por outro lado, são os valores tradicionais, ou a modificação desses valores que decorre da própria experiência urbana que determina a natureza da escolha que o trabalhador realiza entre as opções existentes. Mais ainda, como a carreira é um processo, tanto a natureza das oportunidades quanto a orientação das opções se apresentam de modo diferente nas diversas fases da carreira.

Formulada deste modo a questão, fica patente que o migrante recém-chegado se caracteriza pela falta de

(2) Este trabalho, aqui citado a partir do original mimeografado, foi publicado.

qualificação. Isto se dá especialmente na medida em que a passagem da zona rural para a urbana implica na passagem para um sistema econômico capitalista-industrial que requer do trabalhador conhecimentos, atitudes e valores diferentes dos que são necessários para um ajustamento satisfatório ao meio rural.

Evidentemente, como o meio rural não é uniforme e como varia também o modo de participação nos sistemas econômicos agrícolas, o migrante pode estar mais ou menos familiarizado com os padrões de trabalho vigentes nos sistemas econômicos urbanos mais produtivos. Em termos de relação de trabalho, o empregado de uma usina de açúcar se cõloca como um verdadeiro proletário rural e pode, portanto, aceitar com mais facilidade a relação de trabalho própria do trabalho fabril. Assim também os migrantes originários de São Paulo, especialmente os descendentes de estrangeiros, raramente participaram de uma economia fechada e estão, há muito, entrosados num sistema de mercado, dependendo da compra e venda de produtos agrícolas e da força de trabalho. O contato constante com mercados urbanos relativamente complexos propiciou a esta população de origem estrangeira a conservação do artesanato, se não como atividade real, pelo menos como aspiração de carreira para os filhos; aliada a essa concepção encontramos uma valorização do trabalho manual como "profissão" e a familiaridade com o emprego em fábricas como alternativa preferível ao trabalho agrícola assalariado. Do mesmo modo, a população de origem estrangeira, de modo geral, está habituada a uma maior intensidade da atividade produtiva e a uma maior disciplina de trabalho que favorecem o ajustamento aos empregos urbanos, principalmente na indústria. Por outro lado, a participação em comunidades rurais tradicionais implica em conservação de padrões de trabalho que incorporam grande margem de lazer, irregularidade e autonomia da atividade produtiva, que são em grande parte incompatíveis com as exigências das ocupações em um sistema capitalista-industrial.

De qualquer modo, apesar da variação na natureza da experiência pessoal anterior à migração, é necessário reconhecer que o trabalho agrícola raramente

qualifica o trabalhador para os empregos urbanos melhor remunerados. A natureza das experiências de trabalho anteriores à migração é importante na medida em que facilita ou dificulta a obtenção, na própria zona urbana, e através da carreira ocupacional, da qualificação que permite a inclusão do migrante nos sistemas econômicos mais produtivos e melhor remunerados.

Quando perguntamos aos informantes que tipo de emprego esperavam obter em São Paulo a resposta mais generalizada é a de que "não sabiam — para começar, qualquer coisa serviria".

De um lado, esta resposta denota uma flexibilidade das expectativas e disposições para a mudança no tipo de atividade que é um elemento positivo no processo de ajustamento do trabalhador. Mas, de outro, ela indica também, uma ignorância das possibilidades concretas de emprego. O imigrante não sabe quais os empregos que existem, nem como obtê-los.

Isto quer dizer que o migrante freqüentemente não pode sequer se oferecer como mão-de-obra porque desconhece os mecanismos mais gerais que controlam a participação no mercado de trabalho.

O Trabalho Marginal

Na medida em que o mercado de trabalho se organiza burocraticamente, exige-se do trabalhador uma qualificação mínima que é o reconhecimento legal de sua condição. Isto é, para que possa se oferecer como mão-de-obra, o trabalhador necessita de documentos: carteira de identidade, carteira profissional, certificado de reservista, título de eleitor, etc. Sem esses documentos, situação muito freqüente entre os imigrantes rurais, o trabalhador se coloca fora do mercado de trabalho regularmente constituído e, portanto, fora da proteção legal outorgada ao trabalhador e se marginaliza em termos dos sistemas econômicos mais produtivos e melhor remunerados.

Embora não seja possível calcular a proporção de imigrantes nessa situação, ela deve corresponder à experiência inicial da grande maioria do contingente migratório, que se vê forçado ao subemprego e à marginalidade ocupacional. Na expressão de um infor-

mante, "se a pessoa não quiser escolher emprego, é fácil encontrar colocação: servente de pedreiro, 'chapa' (empregado na carga e descarga de caminhões)". Mas trata-se de empregos temporários, sem estabilidade ou permanência. O imigrante que se emprega como "trabalhador não-registrado" não conta com nenhuma proteção legal e depende do patrão de uma forma muito mais completa, recriando uma situação em parte semelhante à de clientela. Nessas condições, e como o trabalhador freqüentemente ignora as condições do mercado de trabalho, o pagamento é sempre muito reduzido, inferior ao salário mínimo e insuficiente, inclusive, para prover a subsistência e reprodução da mão-de-obra. Esta situação generalizada de subemprego é a mesma que analisamos no capítulo anterior e persiste na medida em que se dá a fragmentação da família, com a migração de alguns membros produtivos e a permanência de outros na economia de subsistência. Nesse caso, o salário insuficiente para sustentar uma família pode ser o bastante para prover o adulto isolado e permitir o envio esporádico de uma quantia de dinheiro à comunidade de origem. Alternativamente, esta situação persiste na medida em que a família possa dispor de diversos braços, empregando inclusive a mão-de-obra infantil. Nesse caso, a soma de salários insuficientes pode ser o bastante para manter um nível de vida precário.

O trabalho doméstico, que absorve grande parte da mão-de-obra feminina, ilustra a natureza desse ajustamento à vida urbana, que se faz através de relações de trabalho pré-industriais. Nesse caso, o salário, em geral reduzido, é complementado pela assistência pessoal, criando freqüentemente laços de clientela entre patrão e empregado. A assistência pode incluir alojamento, alimentação e mesmo roupa. Inclui também, freqüentemente, a orientação na movimentação no universo urbano, como utilização dos serviços públicos, das instituições oficiais, dos organismos burocráticos. Muitas vezes esse tipo de auxílio se estende a toda a família da empregada: a procura da escola, de serviços médicos, de documentos, etc. Por outro lado, a própria natureza do trabalho, que implica diversificação da atividade, ritmo irregular, pausas freqüentes, contatos

pessoais (com patrões, fornecedores, "colegas" de serviço) se apresenta como oposta à disciplina do trabalho fabril.

Esta situação é ilustrada na história de Dolores. Filha de arrendatários baianos, Dolores foi abandonada pelo marido e ficou, com três filhos, morando com o pai. Como a situação na casa do pai estivesse muito difícil, e tendo ouvido falar que em São Paulo seria fácil obter emprego, resolveu vir e obter dinheiro para sustentar os filhos, que ficariam com a mãe. Veio com o endereço de uma conterrânea a quem procurou ao chegar. A amiga arrumou-lhe, no dia seguinte, emprego de doméstica. Ficou oito meses nesse emprego. Nesse tempo, tornou a ficar grávida: "ele falou gostar de mim, falou de casar, acreditei; quando me viu gorda, fugiu". Teve então que sair do emprego, "porque a mulher (a patroa) era desgraçada de ruim". Conseguiu então, procurando de porta em porta, um emprego em casa "de gente muito boa". O filho da patroa, que era médico, estava para se casar. Conseguiu interná-la para ter o filho e, depois de casado, levou-a para trabalhar em sua casa. Diz que "agora tenho o pensamento só no trabalho. Tenho casa, roupa e comida que não preciso pagar". Todo mês manda parte do ordenado para a mãe cuidar dos seus filhos que ficaram por lá. "Mando carta e eles escrevem. Voltar não volto, porque aqui valho mais."

Nesse caso, a informante continua analfabeta, e não tem documentos. Até recentemente, não tinha também parentes em São Paulo. Está contente na medida em que "os patrões são bons". Sua permanência na cidade se dá em condições que a colocam à margem de ocupações propriamente urbanas ou industriais, mantendo uma dependência pessoal que a vincula aos patrões em termos de gratidão.

A integração do migrante nessa situação freqüentemente impede sua passagem para sistemas econômicos mais produtivos e reduz o trabalhador a uma marginalização permanente.

Por outro lado, o emprego doméstico pode se apresentar apenas como fase inicial de uma carreira, propiciando condições favoráveis a um primeiro ajustamento às condições urbanas de vida. Mesmo a re-

lação de clientela pode ser utilizada como instrumento para superar as dificuldades iniciais de qualificação.

É necessário também considerar que a mulher continua a ser, mesmo na zona urbana, uma mão-de-obra de reserva (em termos familiares). O casamento ou a expectativa de casamento alteram as perspectivas de ascensão ocupacional de tal modo que a permanência das mulheres em ocupações marginais não apresenta os mesmos efeitos psicológicos e sociais desastrosos que apresenta para os homens. Após o casamento, e com a vinda dos filhos, a mulher tende a trabalhar "para fora" apenas quando absolutamente indispensável. O trabalho feminino é apenas uma "ajuda" que a mulher presta ao marido.³ Mesmo nesses casos, é muito difícil que a mulher possa ocupar um emprego regular, pois o cuidado dos filhos dificulta a participação no mercado de trabalho, que exige a locomoção do trabalhador e sua ausência prolongada do lar. A não ser quando conta com parentes que possam cuidar das crianças, a mulher se vê forçada a procurar ocupações que não exijam ausências prolongadas e constantes. Parece comum a exploração dessa mão-de-obra por empresas que permitem o trabalho doméstico, pagando por tarefa — é o caso da indústria de confecção de roupas, que distribui peças cortadas para serem costuradas em casa, ou peças prontas para serem arrematadas. O pagamento é em geral muito baixo, mas pode pesar decisivamente num orçamento doméstico precário. As mulheres podem ainda se dedicar a tarefas tradicionais como a de lavadeiras, ou mesmo a de domésticas. Nesse último caso, entretanto, trabalham em geral como diaristas, trabalho esse que, embora exija a ausência do lar, pode ser exercido esporadicamente ou apenas alguns dias por semana. De qualquer modo, pode-se verificar que a marginalização da mão-de-obra feminina pode decorrer antes da sua condição de mulher do que da condição de migrante.

(3) Sobre esta questão, são esclarecedoras as observações de Luís Pereira, em seu primeiro trabalho, onde estuda um bairro de alta concentração de migrantes. O autor observa que grande número de mulheres trabalha ou trabalhou para "ajudar o marido" e comenta: "Apesar da valorização da esposa que 'ajuda o marido', mais valorizada ainda é a situação da esposa que não precis fazer isso porque ele ganha bem ou porque os filhos já têm ordenado" (Pereira, 1960, págs. 20-21).

O problema do trabalhador marginal deve ser examinado com os migrantes de sexo masculino, entre os quais as condições e conseqüências desse tipo de trabalho se apresentam com maior nitidez.

Como trabalhador marginal, isto é, que trabalha sem contrato legal, os migrantes podem se dedicar a uma grande variedade de serviços, como os de limpeza de pequenos estabelecimentos, como "ajudante" das mais diferentes ocupações: de cozinheiro, de vendedor ambulante, de chofer de caminhão. Mas é a indústria de construção que absorve a maior parte dessa mão-de-obra, empregando-a como servente de pedreiro e vigia de construção.

Habitando freqüentemente abrigos precários no próprio local de trabalho e cozinhando a própria alimentação, os migrantes aceitam salários irrisórios, pois mantêm as necessidades em nível muito baixo. Desse modo, não chegam a se definir plenamente como trabalhadores urbanos, integrados numa ordem industrial, pois sua própria permanência na cidade freqüentemente só é possível pela restrição do consumo e pela manutenção dos membros pouco produtivos da família na economia de subsistência, como mostramos anteriormente. Por outro lado, as próprias características do trabalho, de ritmo irregular, intensidade e produtividade muito baixos se enquadram dentro de um sistema pré-industrial como o vigente na agrícola.

A permanência dos migrantes em ocupações desse tipo significa a aceitação de salários abaixo do nível de subsistência e inclusive a impossibilidade de constituir família regular. Os homens são levados a aventuras amorosas de curta duração. Freqüentemente essas ligações temporárias ocorrem com as empregadas domésticas, que ocupam posição correspondente na escala ocupacional e muitas vezes, dão origem a filhos ilegítimos. ~~Nesses casos, o homem, impossibilitado de manter uma família, o mais das vezes abandona a mulher. Mas, mesmo quando tenta assumir a responsabilidade de sustentar a família, é muito raro que consiga fazê-lo. Os filhos impedem o trabalho regular da mulher, ao mesmo tempo que dificultam para o homem o acesso às posições de vigia de obra ou servente que habita o próprio local de trabalho. O salário do ho-~~

mem, que era utilizado apenas nas despesas de alimentação e vestimenta de uma pessoa, tem agora que ser dividido com a mulher e os filhos, além de cobrir também as despesas de alojamento. As dificuldades financeiras são praticamente intransponíveis, causando conflitos agudos entre os cônjuges e tendem a dissolver o grupo doméstico. Acrescente-se a isto o fato de que o rendimento dos cônjuges individualmente, antes da união, complementado pelo fornecimento de moradia e mesmo de alimentação pelo patrão, permitia um padrão de consumo conspícuo (especialmente em roupas) que a nova situação elimina inteiramente. Nesses casos, em que os indivíduos estão separados das famílias e comunidades de origem e exercem ocupações que não oferecem nem prestígio nem estabilidade, a aparência de prosperidade que é dada pelo consumo conspícuo parece tornar-se necessária à própria dignidade da pessoa. Isto é, a posse de bens (roupas, sapatos, rádios de pilha) são os únicos instrumentos de que o trabalhador dispõe para uma auto-afirmação. Não é, pois, de estranhar que as uniões que criam tantas dificuldades e oferecem tão poucas gratificações se desfaçam com grande facilidade. As mulheres, abandonadas com filhos que não podem criar e que as impedem de trabalhar, procuram desfazer-se deles, quer colocando-os em creches, quer enviando-os à família de origem que se mantém na zona rural (caso mais freqüente). Restabelece-se assim a relação entre subemprego urbano e economia de subsistência rural, através de um ciclo que envolve a transferência contínua de elementos humanos de um para outro sistema.

É o caso, por exemplo, de Francisco. Natural do sertão de Alagoas, onde o pai tinha uma pequena propriedade, Francisco veio para São Paulo com um primo que lá fora a passeio. Através de parentes (primos) que possuía em Santo André, conseguiu colocar-se como vigia de obra e ajudante de pedreiro em uma construção. Terminado o serviço, o próprio encarregado da obra conseguiu-lhe outro emprego da mesma natureza. Como o proprietário desta construção (uma residência particular) executasse as obras muito lentamente, Francisco ficou exclusivamente como guarda, sem executar, por longo período, qualquer outra ati-

vidade que exigisse esforço mais concentrado. Nesse emprego ficou conhecendo o guarda-noturno do bairro, que era um "empreendedor" particular. Os donos das residências pagavam-lhe pequena quantia para percorrer as ruas à noite, desde que se tratava de uma vizinhança de classe média, mas em local afastado e sem luz. Francisco se dedicou então ao mesmo negócio, inicialmente como "empregado" do guarda, depois como seu sócio. Nessa época, já tinha deixado de manter relações com os primos em Santo André, que não aprovavam a sua atividade. A ocupação lhe parece extremamente satisfatória. Havendo adquirido um cavalo, e promovendo-se a guarda-montado, passa parte da noite percorrendo as ruas, parte nos bares do bairro, onde tem "muitas relações". Durante o dia, tem oportunidade de namorar as empregadas domésticas. Há cerca de um ano, estabeleceu uma relação mais séria com uma delas, tendo pensado então em se casar. Tentou inicialmente conciliar o casamento com a atividade que desempenhava; isto entretanto não foi possível, pois o proprietário da "obra" onde morava não concordou com a presença de um casal. A busca de outra residência revelou-se infrutífera pois a que achou, além de cara, era longe; o que ganhava era pouco para pagar aluguel, alimentação e mais transporte. Acresce que morando longe, iria ganhar apenas como "guarda-montado" e não mais como vigia de obra. As perspectivas lhe pareceram "muito dificultosas". Preferiu romper o "noivado", após uma série de brigas. A moça, já então grávida, voltou para o interior, de onde viera, para ter o filho e deixá-lo com a mãe.

Passagem para Trabalhador "Com Contrato"

As ocupações marginais criam uma situação favorável apenas na medida em que é uma condição temporária, a qual, sem exigir uma transformação radical nos hábitos de trabalho, permite um ajustamento inicial às condições urbanas de vida e a procura de requisitos necessários à passagem para trabalhador regularmente admitido. A primeira etapa no processo de integração do migrante no sistema ocupacional (e portanto a pri-

meira etapa no processo de qualificação profissional) consiste na possibilidade de superar esse estágio e afirmar-se plenamente como mão-de-obra, como trabalhador que pode estabelecer um contrato de trabalho. Essa passagem pode ocorrer quer dentro do mesmo ramo de ocupação, quer em ramo completamente diverso. Assim os serventes de pedreiro podem tornar-se pedreiros, ajudantes de pintores, encanadores, eletricitas, etc., adquirindo um mínimo de qualificação na própria indústria de construção, ou podem ingressar no operariado, nos mais diversos ramos da indústria. A escolha de uma ou outra possibilidade vai depender, em grande parte, dos contatos pessoais que o migrante logrou estabelecer na zona urbana. É através dessas relações pessoais que ele toma conhecimento das oportunidades existentes e do modo de aproveitá-las. Veja-se, por exemplo, o caso de Aparício.

Aparício era colono em Dois Córregos. O pai havia sido sitiante, mas acabou perdendo o que tinha. Quando casou, Aparício separou-se da família do pai e foi trabalhar em outra fazenda do mesmo município. Em 1957, queimou-se com querosene e foi internado na Santa Casa. Os médicos do interior aconselharam-no a vir para o Hospital das Clínicas, pois seu estado era grave. Deixando a família (mulher e 3 filhos) com o dinheiro que possuía, veio para São Paulo, onde tinha um tio e primos e conseguiu, depois de algumas dificuldades, internar-se no Hospital. Ficou cerca de dois meses em tratamento e saiu bem. Um seu irmão solteiro, que viera visitá-lo e se hospedara com o tio, arrumou emprego e resolveu ficar morando em São Paulo — os primos conseguiram-lhe um lugar na fábrica onde trabalhavam (fiação); Aparício, que nunca antes pensara em mudar-se para cá, resolveu “aventurar”. Voltou para Dois Córregos, vendeu o que lhe restava (máquina de costura, ferramentas, etc.) e veio com a família para a casa de um primo. O irmão arrumou-lhe moradia — quarto e cozinha. Entretanto, Aparício não conseguia arrumar emprego. Os primos “ajudaram no que puderam, mas em certos casos é cada um por si e Deus por todos”. Em dois meses gastara já quase tudo que tinha e estava desesperado. O irmão aconselhou-o então a comprar um carrinho de pipoca.

Aparício comprou com o que tinha e começou a vender pipoca na rua. “Com isso ia vivendo.” Depois de três meses nessa vida, conseguiu um emprego em construção. “Estava olhando uma construção quando o construtor me convidou a trabalhar. Comecei cavando terra e arrebentando sarjeta. Durante a semana trabalhava nesse serviço, sábado e domingo vendia pipoca.” Algum tempo depois o dono da obra, “que tinha uma fábrica de prensas”, convidou-o para trabalhar lá. Começou fazendo limpeza e trabalhando como vigia à noite. Depois passou a trabalhar como operário. “No começo foi difícil, mas acabei acostumando. O patrão era bom e compreendia.” Só depois de um ano é que foi “registrado na firma” e passou a ganhar salário mínimo. Aparício quer sair da fábrica, porque acha que ganha pouco. Faz muitas horas extras para poder sustentar a família, além de continuar a vender pipocas e doces nos domingos e feriados. Acha que ganharia muito mais vendendo por conta própria. Não saiu ainda por causa da aposentadoria. Suas queimaduras não sararam completamente e tem esperança que isso lhe permita aposentar-se logo, o que inclusive já está pleiteando. Por enquanto vende pipoca e doces, mas com o tempo pensa vender outras coisas. Depois que se aposentar, jamais quer voltar a trabalhar em fábrica. “Vender na rua dá muito dinheiro. Meu sonho é trabalhar só por minha conta.”

Embora não tenha sido possível precisar as dificuldades iniciais para a obtenção de emprego, elas obviamente se prendem à saúde precária do informante, falta de qualificação, instrução (é analfabeto) e documentos. Essas dificuldades levaram-no a uma ocupação marginal, a de ambulante, que lhe assegurou a subsistência até encontrar uma oportunidade de emprego. A partir daí, a carreira do informante segue o padrão comum entre migrantes. Inicialmente o trabalho em construção, como mão-de-obra não-qualificada e não sujeita a contrato legal. Depois, através do estabelecimento de uma relação pessoal (nesse caso, com o patrão), obtém emprego de vigia e encarregado de limpeza na fábrica. Só depois é que consegue finalmente chegar a ser operário, e constituir-se legalmente como trabalhador. Mas, nesse caso, como o migrante con-

tinua as atividades de ambulante paralelamente à sua ascensão até a condição de operário, observa-se plenamente a ambivalência na avaliação do emprego assalariado. O "sonho", é sempre trabalhar por conta própria e Aparício tenta realizá-lo sem abrir mão da estabilidade e segurança do emprego, pleiteando uma aposentadoria precoce. Nesse momento, vê-se que o migrante já se libertou da necessidade de laços pessoais com o patrão, que foi o que possibilitou sua ascensão inicial, e passa a manipular as instituições impessoais, "a lei", isto é, as regras burocráticas que regulam a condição do trabalhador e suas regalias para atingir o objetivo que se propõe.

Essa questão é importante porque implica em manifestação de uma maior ou menor integração num mercado de trabalho impessoal. Os migrantes tendem a conservar por muito tempo um tipo de avaliação do trabalho que se baseia na natureza das relações com o patrão. Quando perguntávamos aos informantes se estavam satisfeitos no emprego, as respostas frequentemente consistiam em apreciações do caráter do patrão: "o patrão é bom", "é justo", ou "é mau", "persegue os empregados", etc. Os conflitos que decorrem da dificuldade de ajustamento às novas condições de trabalho são vistos, desse modo, como conflitos pessoais: "o contramestre não gosta de mim: os que entraram depois, na fábrica, já foram promovidos e eu não". Aparecem também, com frequência, os dois tipos de avaliação, indicando a passagem de um para outro universo de referência: veja-se, por exemplo, a resposta de Aparício, que pensa mudar de emprego por que ganha pouco, "apesar do patrão ser muito bom". Por outro lado, mesmo quando o trabalhador abandona o modelo paternalista na sua orientação em relação aos "patrões", frequentemente o transfere para os órgãos de classe. Na verdade, tanto o sindicato quanto os Institutos de Pensões e Aposentadorias são pensados geralmente em termos assistenciais. Às perguntas que formulamos sobre a participação nos sindicatos, obtivemos quase sempre respostas do tipo: "Não, ainda não precisei do sindicato", "Sim, precisei e fui atendido" ou "Não, precisei e não me atenderam". As apreciações sobre as vantagens e desvantagens dos sin-

dicatos, na grande maioria das vezes, diziam respeito à eficiência de seu serviço de assistência médica ou legal e é nesses termos que ele é equiparado e comparado com os Institutos de Previdência. O sindicato tanto como o Instituto de Previdência, é uma instituição "exterior" ao operário, criada para ele mas não por ele, que deve protegê-lo como um patrão benévolo.

Através da sua carreira, o migrante em geral supera as limitações de sua posição inicial. No início, o migrante é inteiramente dependente de relações pessoais, que o encaminham para a obtenção do emprego. Essas relações podem ser de natureza patrão-cliente, como no caso de Aparício. Mais comumente, são baseadas em vínculos de parentesco, amizade ou compadrio. Em geral, são os parentes que arrumam o primeiro emprego. De um ou outro modo, são relações formuladas em termos de um universo comunitário, que passam a ser instrumento de adaptação à vida urbana.

Inicialmente, portanto, o imigrante não tem nenhuma "escolha" na procura da ocupação. Premido pela necessidade, limitado pela ignorância do mercado de trabalho, aceita qualquer emprego e depende, em grande parte, das indicações dos membros do grupo primário do qual faz parte. Mas a obtenção de um emprego, assim como o de um lugar para morar, imediatamente, alarga o horizonte do imigrante. Vizinhos e colegas de trabalho passam a ser outras tantas fontes de informações. À medida que alarga o seu círculo de contatos sociais, passa a obter informações que derivam da experiência concreta de indivíduos e grupos mais diversificados.

A ampliação dos contatos pessoais e das esferas de participação social ampliam também o universo ocupacional e dão ao migrante maiores possibilidades de escolha na orientação da sua carreira. Entretanto, como são os parentes que orientam as colocações iniciais, base das ulteriores, a carreira do migrante é muito condicionada pela história ocupacional do grupo de parentesco.

É necessário, porém, lembrar novamente que as possibilidades de superar o estágio inicial, isto é, que a extensão das oportunidades que se apresentam ao

migrante dependem também de características individuais do trabalhador. Já mostramos como as oportunidades estão condicionadas em parte pelo sexo e pela natureza da experiência pessoal do migrante. A idade do migrante recém-chegado é também um elemento de grande importância na determinação da sua carreira.

Para os migrantes jovens, a ausência de qualificação está associada à imaturidade e se apresenta como condição de aprendizagem. Nesse sentido ela possui um aspecto positivo, que é a treinabilidade. Os jovens sem qualquer experiência são comumente aceitos como aprendizes, em situações nas quais se ministra a qualificação durante o trabalho. O emprego de jovens como aprendizes, na indústria ou no artesanato se manifesta, de um lado, como forma de exploração de mão-de-obra pelo pagamento de salários reduzidos.⁴ De outro, constitui uma situação privilegiada dentro das condições de emprego vigentes e favorece a integração dos adolescentes de origem rural no mercado urbano de trabalho. É verdade que isto só é válido em termos relativos — aos jovens não se abrem quaisquer possibilidades, mas apenas aquelas que não dependem de uma escolarização anterior. Mas, mesmo para esses e especialmente para os que vêm a ser alfabetizados em São Paulo, existe a possibilidade de emprego como operário industrial, com perspectivas generalizadas de alcançar posições semiqualficadas. É possível também, em casos especiais, o ingresso no comércio, com a perspectiva de vir a ocupar posições inferiores nas ocupações não-manuais.

Para os migrantes adultos, a falta de qualificação é uma limitação que só pode ser superada parcialmente, através de um esforço que se processa, em grande parte, fora do trabalho. Por isso mesmo, os imigrantes adultos vêm-se forçados inicialmente a explorar o único atributo que constitui uma característica positiva em termos dos requisitos ocupacionais — a força física. Daí sua concentração nas atividades de carga e descarga (como na construção civil, na recepção de mercadorias em estabelecimentos fabris ou comerciais), nos trabalhos de limpeza, de pavimentação e conservação das vias públicas, etc.

(4) Sobre este aspecto do problema consulte-se Pereira, 1965.

Os imigrantes idosos, que não possuem nem a treinabilidade dos jovens nem a resistência física dos adultos são os que contam com menores oportunidades ocupacionais. Muitos que entrevistamos nunca conseguiram ultrapassar a fase inicial de trabalhador “não-registrado”. Mas para eles, às vezes se apresenta a oportunidade de explorar uma qualificação especial de ordem “moral”; a socialização adequada na zona rural implica freqüentemente na aquisição de padrões de honestidade e lealdade que constituem requisitos fundamentais de ocupações como porteiro ou vigia. São essas as melhores oportunidades para os migrantes idosos.

A Orientação das Opções

Se as oportunidades não são as mesmas para todos os migrantes, determinando inclusive a variedade das carreiras ocupacionais, as opções que o migrante realiza entre as alternativas existentes são orientadas por valores culturais que parecem bastante uniformes na população.

A medida que se abrem possibilidades de escolha, isto é, ultrapassado o estágio inicial de ajustamento, assumem importância crescente os valores que orientam o julgamento dos aspectos positivos e negativos de um emprego particular.

As atitudes para com o trabalho refletem valores culturais que são produtos de um ajustamento particular a uma ordem social determinada. As atitudes do migrante rural parecem ser pautadas pelos valores tradicionais da sociedade de origem.

Mostramos anteriormente como, na sociedade rural, se mantém uma valorização do trabalho autônomo que é inclusive condição para a realização plena dos ideais de vida tradicionais. A autonomia do trabalho se apresenta como manifestação da liberdade da pessoa e define a posse plena do *status* de adulto. Os ideais de ascensão social e de posse da terra estão intimamente associados a essa concepção de trabalho.

Paralelamente à valorização do trabalho autônomo em oposição ao assalariado, a hierarquia da sociedade rural implica também em uma desvalorização do trabalho braçal, em oposição ao trabalho não-manual.⁵

Essa desvalorização do trabalho manual expressa também a avaliação do trabalho do agricultor em oposição ao do comerciante. Como já mostramos nos capítulos anteriores, o comércio ambulante ou de pequenos estabelecimentos constitui um dos poucos canais de ascensão social para a população rural. No Nordeste, o comércio das feiras, o transporte, a venda de mercadorias em consignação. Tanto lá como em São Paulo e Minas, as pequenas vendas ou botequins, na fazenda ou à beira de estrada, são meios provados de melhoria de vida para as famílias que consigam reunir um pequeno capital. Mais ainda, são atividades associadas à participação em um universo urbano, à inclusão plena em uma economia monetária e que permitem a passagem do campo para a cidade.

Desse modo, as ocupações são avaliadas de acordo com um duplo critério. De um lado, é valorizado o trabalho independente, em oposição ao assalariado; de outro, o trabalho não-manual em oposição ao manual. Na verdade, na pequena diferenciação que caracteriza a sociedade rural, os dois critérios coincidem, pois as posições sociais se escalonam no sentido de atividades simultaneamente mais independentes e menos manuais. O terceiro critério possível, nível de renda ou nível de consumo aparece como decorrência lógica dos dois primeiros. Aliás, o nível de renda só se torna importante à medida que o trabalhador rural se integra na economia do mercado e, especialmente, na economia capitalista-industrial. Na sociedade tradicional as necessidades tendem a se manter no nível das possibilidades da produção doméstica direta, aproximando o padrão de vida de ricos e pobres.

A própria emigração já é uma decorrência de uma mudança nos critérios de avaliação do trabalho. O aumento das necessidades que exigem dinheiro e a impossibilidade de ganhar o suficiente é o motivo mais

(5) Para a desvalorização do trabalho manual certamente contribui sua associação ao trabalho escravo. Entretanto, a mesma desvalorização pode ser pensada como decorrência das relações de trabalho existentes na sociedade rural atualmente.

importante para a emigração. Inversamente a grande atração e as expectativas ocupacionais em relação à cidade, dizem respeito à possibilidade de ganhar mais. Assim, as ocupações passam a ser avaliadas não só pela natureza da atividade produtiva, de acordo com os valores tradicionais, mas também e principalmente pela quantidade de remuneração. Desse ponto de vista, o trabalho transforma-se em mero instrumento para alcançar fins que estão "fora" do trabalho.

Mas é preciso considerar que o trabalho urbano representa uma forma de integração na economia monetária diferente das formas predominantes do trabalho agrícola. O trabalho agrícola pode e frequentemente cria uma situação de carência permanente ou crônica, pois não oferece rendimento suficiente para satisfazer as necessidades socialmente definidas, especialmente quando uma economia de subsistência é englobada por uma economia de mercado sem alterar a técnica produtiva. Mas, mesmo nessas condições, não ameaça de modo drástico e imediato a possibilidade de subsistência: pode provocar, é verdade, um estado de carência alimentar e desnutrição, mas raramente se apresenta como impossibilidade de sobrevivência física. Na cidade, ao contrário, a dependência do salário é total, e o desemprego cria desajustamentos de tal forma agudos que só podem ser resolvidos pela criminalidade ou mendicância. Nas palavras de um informante, "o trabalho numa fábrica não é como na lavoura, onde se trabalha desimpedido. Na cidade a gente vê aqui, paga ali. A pessoa quase que ganha só para comer, e mal. Quando vim para São Paulo, vim numa dúvida (veio iludido)". Isto é, na cidade o trabalhador despojado dos meios diretos de prover a sua subsistência, está na dependência total do emprego. Estabelece-se assim um novo critério de avaliação das ocupações, a estabilidade e a segurança, que se opõem frequentemente à independência valorizada tradicionalmente.

A carreira do migrante rural se apresenta como tentativa de conciliar, dentro das possibilidades limitadas de escolha, ideais de trabalho que são contraditórios, ou pelo menos, impossíveis de serem realizados simultaneamente na estrutura ocupacional existente.

INMP
A permanência em ocupações marginais, isto é, ocupações que não possuem as características próprias do sistema produtivo capitalista-industrial, pode representar antes uma escolha que se prende a um certo tipo de valorização do trabalho do que uma imposição das circunstâncias do mercado. Para trabalhadores ainda muito presos a um sistema tradicional, a irregularidade do esforço e a possibilidade de estabelecimento de relações pessoais com o patrão (como ocorre no emprego doméstico e pelo menos em certos empregos na indústria de construção, como vigia de obra) são mais importantes que uma remuneração mais elevada e regular. É assim que muitos "não se sujeitam ao trabalho de fábrica". Não se trata apenas de uma dificuldade fisiológica de ajustamento ao novo ritmo de trabalho, mas da necessidade de aceitação de um tipo de trabalho que é valorizado de modo negativo. Nesse sentido, é o horário rígido que incorpora todas as associações de sujeição pessoal do trabalho operário, tão desvalorizado pela população rural. Na descrição das condições que levaram à emigração diz um informante cujo pai era arrendatário em São Paulo: "Meu pai foi achando que o único meio de melhorar de vida seria mudar para São Paulo. Minha tia escrevia dizendo para a gente vir. Aqui os filhos podiam trabalhar, se empregar melhor, ganhar mais, *apesar de ter que trabalhar com horário*". Vê-se, portanto, que a grande objeção contra a mudança consistia justamente nessa característica da atividade produtiva, o trabalho "com horário certo". A regulamentação precisa do tempo simboliza assim, a perda da autonomia que enobrece o trabalho, caracterizando-o como trabalho livre. Por outro lado, a atividade em si é considerada "mais leve" e portanto "melhor" que o trabalho rural. Nas observações de Juarez Lopes entre operários de origem rural, para "os que trabalharam na terra, esta tarefa é considerada, quase sem exceção, como muito mais árdua do que qualquer serviço na cidade, mesmo que sejam longas, as horas de trabalho..." "Ninguém hesita em dizer que na fábrica, onde trabalham dez horas por dia, 'é muito mais folgado'" (Lopes, 1964, págs. 42-43). Vê-se, portanto, que a situação é complexa pois na avaliação de qualquer ocupação parti-

* // ular entram em jogo valores diferentes, freqüentemente opostos, que podem levar a opções diversas.

A valorização da autonomia da atividade produtiva como critério por excelência de avaliação da ocupação conduz o emigrante, que não tem capital, à adoção de ocupações que limitam de modo drástico as possibilidades de elevação do nível de vida, que é o critério por excelência de avaliação do sucesso alcançado pela emigração. É o caso do pernambucano Miguel.

Filho de sitiante, Miguel perdeu o pai aos 13 anos. Com a morte do pai perderam também a terra e passaram "a trabalhar no que achasse". Com 23 anos resolveu vir para São Paulo, onde, ouvia dizer, ganhava-se mais. A situação estava muito difícil, quase não havia emprego e "quem não consegue viver na sua terra tem que sair". Veio sozinho, com instruções de amigos, e procurou uma pensão que lhe haviam indicado. Os "colegas" de pensão aconselharam-no a procurar emprego na Cervejaria Brahma, que "estava aceitando empregados". Trabalhou cinco anos nessa fábrica, mas não é um período que lembre com alegria. Diz que o serviço era muito pesado, muito ruim para a saúde, pois trabalhava junto à água e ao gelo. "Na fábrica há muita sujeição, se é cativo e o trabalhador não tem valor." Cansado dessa vida e "com a saúde arruinada", resolveu "tirar a conta" e mudar de vida. Voltou para Pernambuco mas "a situação lá continuava tão ruim quanto antes". Resolveu ser vendedor ambulante de frutas em São Paulo. Com o dinheiro que tinha comprou um carrinho-de-mão de um amigo e tirou os documentos. Trabalha nisso há três anos, fazendo ponto perto da Estação do Norte. Contudo, sua situação não melhorou — agora, principalmente, piorou muito. Na última semana só trabalhou um dia porque não encontrou nada para comprar a bom preço. Acresce que os ambulantes devem renovar anualmente sua licença e se são encontrados em local impróprio correm risco de tê-la cassada. A licença de Miguel venceu há um mês e ele não tem dinheiro para renová-la. Precisa pagar também o despachante — "a gente precisa saber falar para conseguir essas coisas (licença) e eu não sei disso". "A vida é dura para o pobre; todos aproveitam; é 'bola' para o fiscal, para o guarda,

para todos." Há um ano a situação estava melhor e voltou a Pernambuco, para buscar a mãe. Os irmãos estão casados e ficaram por lá. "Agora que tenho minha mãe para sustentar é que não tenho nem o que comer." "O pior, não é o custo de vida que maltrata; é o mundo, o disfarce, a curlice. É preciso fé em Deus, porque o cabra desespera." Apesar da instabilidade da situação atual, Miguel não quer voltar a trabalhar em fábrica: "Só se não tiver outro jeito. É vida de muita sujeição; mesmo que a pessoa tenha razão tem que ficar calada e ser chutada. Proteção de operário é porrete". O que gostaria de fazer é trabalhar como motorista, "para não precisar obedecer os outros e ir quando der a onda".

Essa entrevista ilustra como a escolha de uma ocupação que satisfaça o desejo de independência leva a uma situação precária e instável à qual é difícil escapar. Abandonando o serviço de fábrica, o imigrante tenta uma atividade, a de ambulante, com a qual está familiarizado no mundo rural e que constitui, na sociedade de origem, um canal de ascensão social. Na situação urbana, entretanto, esta ocupação pode fornecer apenas um rendimento parco e incerto. Mais ainda, nota-se imediatamente que a falta de familiaridade com padrões urbanos de vida cria dificuldades adicionais para a satisfação das formalidades legais necessárias ao desempenho da ocupação. Essas desvantagens o imigrante as sente como dificuldade de comunicação ("a gente precisa saber falar e eu não sei disso") e como hostilidade do mundo exterior ("todos implicam", "os funcionários, a polícia, todos apertam o pobre").

Desse modo, a predominância, na escolha da ocupação, dos valores tradicionais de independência ou a manutenção dos hábitos de trabalho anteriores (atividade irregular, com grande margem de lazer) colocam freqüentemente o imigrante em situação na qual é difícil, senão impossível, satisfazer as aspirações de aumento de consumo (condicionado à quantidade de dinheiro que ganha) que orientaram a imigração e que constituem o critério último de avaliação do sucesso do movimento migratório.

O trabalhador que procura emprego na indústria já renunciou à gratificação imediata do trabalho autônomo por reconhecer o baixo rendimento que decorre de quase toda atividade empresarial, empreendida sem capital e por pessoas sem um mínimo de escolarização. Mas o trabalho industrial raramente se apresenta como ideal ocupacional. É concebido mais freqüentemente como instrumento para a realização futura do ideal de trabalho por conta própria. A instrumentalidade do trabalho é dupla: em alguns casos, possibilitando certa qualificação profissional que possa mais tarde ser explorada no trabalho autônomo — mecânico, eletricista, etc.⁶ Em segundo lugar, permitindo a formação de um pecúlio que possibilite o estabelecimento por conta própria: um pequeno estabelecimento comercial, uma oficina de consertos, em São Paulo ou mesmo no interior, onde as exigências de capital são menores, a concorrência menos aguda e, conseqüentemente, maiores as probabilidades de êxito. Entretanto, logo se afigura impossível a formação de um capital pela poupança direta: a integração no meio urbano cria novas necessidades e exige padrões de conforto que o salário mal pode satisfazer. Além disso, o ritmo inflacionário deprecia e desestimula a poupança em dinheiro. Mas o próprio emprego urbano (contrato legal) abre uma nova possibilidade de formar um pecúlio pela indenização do trabalhador despedido. A estabilidade do trabalho passa a ser então avaliada não como estabilidade absoluta, mas como forma de capitalização — o aumento do número de anos de um estabelecimento representa um investimento a ser recebido na dispensa.

Essa característica tão marcada e generalizada da atitude dos operários de origem rural já foi apontada por todos os que trabalharam com esse tipo de problema. Nossas observações vêm apenas confirmar pesquisas anteriores. Como nota Juarez Brandão Lopes, "vinham com a intenção de ficar na metrópole ou com a idéia de, com o que aí ganharem, melhorar a sua situação em sua terra, o desejo dominante de todos é de

(6) Isso é verdade apesar do trabalho fabril raramente permitir a ascensão ocupacional através da qualificação profissional. Aliás, esta dificuldade de ascensão na fábrica é um dos fatores que contribui para que os operários dirijam suas aspirações a outros ramos de atividade (Lopes, 1964; Pereira, 1965).

ser 'independentes'. Esse valor expressa-se de muitas formas: a lavoura em sua propriedade quando as condições são compensadoras, a empreitada na agricultura, o ofício de pintor ou de electricista independente, o de dono de caminhão, e as múltiplas pequenas atividades comerciais, são todos trabalhos 'por conta própria' em que o indivíduo não recebe ordem, nem presta contas, segundo seu modo de ver, a ninguém" (Lopes, 1964, pág. 51).

"O emprego fabril, a legislação trabalhista e o sindicato são usados por eles com a finalidade de virem a ter o suficiente para trabalhar 'por sua conta'. Com as economias que fazem e com a quantia recebida de indenização no caso de dispensa de emprego, tentam a sorte na cidade de São Paulo, como vendedores ambulantes, praticistas sob comissão ou em ocupações marginais (venda de mercadorias na rua, toda sorte de 'bicos' e 'virações'). Quanto mais altas as aspirações do operário (as dos que almejam, por exemplo, ter quitandas, bares, empórios), tanto menores as possibilidades no meio urbano. São mais acessíveis as oportunidades nas comunidades de origem; donde resulta um refluxo migratório, principalmente quando se tornam mais difíceis as condições de emprego em São Paulo" (Lopes, 1964, pág. 51).

Nesse sentido, a indústria de construção oferece diversas possibilidades de aquisição de qualificação profissionais que podem ser exploradas no trabalho por conta própria: são os ofícios de pintor, pedreiro, encanador, electricista.

Esta passagem às vezes é realizada com sucesso. É o caso de Enoch, que veio do Ceará para trabalhar na lavoura paulista. Tendo perdido dinheiro num arrendamento que fizera, veio para São Paulo onde um irmão trabalhava como carregador de sacarias. O irmão, por intermédio de amizades que fizera no sindicato de arrumadores, conseguiu para Enoch emprego como servente de pedreiro. Dormia na obra. Mais tarde, ainda por intermédio do irmão, Enoch colocou-se como carregador de sacaria na Central do Brasil. Enquanto era servente havia conseguido arrumar os documentos e pôde então passar, como carregador, a trabalhar regu-

larmente admitido.⁷ Mudou-se então, para uma pensão. Não gostava do emprego, porque "não dava futuro". Pedindo a um e a outro finalmente conseguiu, através de um amigo da pensão, empregar-se na Cia. Colúmbia de Pinturas, onde aprendeu a misturar tintas e pintar. Nos domingos e feriados, começou a fazer "servicinhos" para os amigos. Assim, arranjou freguesia e hoje trabalha por conta própria, tendo abandonado a Cia. Colúmbia de Pinturas. Considera-se realizado. A vinda para São Paulo foi a melhor coisa que podia ter feito.

O trabalho fabril não é a única opção que se apresenta em termos de trabalho assalariado. O ramo de serviços abre também toda uma gama de oportunidades de trabalho que exigem pouca qualificação inicial e que, à estabilidade do salário aliam uma liberdade maior de movimento e a possibilidade de contatos pessoais que é geralmente apreciada pela população de origem rural. Mais ainda, esse tipo de ocupação, que não é propriamente manual, se apresenta com o prestígio de uma atividade "limpa" e "leve". São empregos de ascensorista, zelador, cobrador, fiscal, guarda, garçom, etc., que freqüentemente aparecem como ideal ocupacional, pois requerendo um certo trato com o público mas pouca escolarização, não está acima das possibilidades de realização de boa parte dessa mão-de-obra.

É por isso que a profissão de motorista apresenta tantos atrativos, pois representa uma posição intermediária entre o trabalho por conta própria e o trabalho assalariado, possibilitando, ao mesmo tempo, a passagem de uma para outra. É verdade que a carteira de motorista constitui uma qualificação que não está ao alcance de todos, pois exige um mínimo de escolarização. Mas, uma vez obtida, permite tanto a segurança do trabalho em grandes ou pequenas empresas, quanto a independência relativa do trabalho por comissão; além disso pode levar, em casos favoráveis, ao trabalho por conta própria. Mais ainda, mesmo como empregado, o motorista se vê livre da supervisão contínua das tarefas que é característica do trabalho fabril e se

(7) Este exemplo ilustra também a influência dos parentes na obtenção dos empregos iniciais.

sente antes o dono do que o instrumento da máquina com a qual trabalha. Nas palavras de um informante, "o motorista não é como operário, que recebe salário mínimo e tem que ficar ali trancado o dia todo". Como motorista de caminhão de entrega da Crush, esse migrante gozava de muito mais liberdade e melhor remuneração. Chegava na Companhia em geral às 6 horas da manhã, mas não tinha importância chegar mais tarde: "entre 5 e 7 tudo era hora". Chegava cedo para poder escolher os bairros de mais movimentos e por conseguinte, receber maior comissão. Trabalhava até às 18 horas, e almoçava em qualquer lugar. Recebia (em 1962), Cr\$ 4 070,00 por semana, mais a comissão. "Só de comissão (10 a 13 mil cruzeiros mensais) era mais que o salário mínimo." "E depois andava por São Paulo, conhecia uma porção de gente." Verifica-se assim, entrevista após entrevista, a valorização extraordinária da autonomia na execução do trabalho.

Aliás, esta constatação tem sido feita para a população operária de modo geral e não apenas no Brasil. Não obstante, para a população migrante de origem nacional, esta valorização parece ser mais atuante e influir de modo decisivo na escolha da ocupação, levando inclusive à opção por um salário menor. Embora a hipótese não possa ser comprovada quantitativamente, as entrevistas levam a crer que para os migrantes de ascendência estrangeira o trabalho manual assalariado, especialmente o trabalho fabril não apresenta tantas conotações negativas. É na população de origem nacional mais vinculada à economia de subsistência que encontramos maior oposição à "sujeição" do trabalho em fábrica, à tarefa supervisionada diretamente, ao horário inflexível. Em oposição, valoriza-se extraordinariamente o trabalho que exige contatos pessoais, relação com o público, isto é, que permitem "conhecer muita gente". Isto significa que o migrante sente que o trabalho da fábrica implica em desrespeito à "pessoa". Daí as queixas frequentes de que "operário não é gente", isto é, não é tratado como gente, é tratado como coisa. A valorização das ocupações não-manuais, mesmo assalariadas, a valorização da ocupação de vendedor que recebe comissão e, especialmente, a valorização do trabalho por conta própria, do trabalho que é

"limpo" ou que é "independente", daquele através do qual se travam "relações", são todas valorizações de ocupações que implicam em respeito nas atitudes dos outros e, portanto, na preservação da integridade e da dignidade da pessoa.

Por isso mesmo as ocupações não-manuais assalariadas constituem ideal ocupacional paralelo ao do trabalho por conta própria. Mas, como exigem escolarização e "apresentação" pessoal, esse tipo de trabalho está em geral fora do alcance da maioria da população de origem rural e se apresenta antes como projeto de carreira para os filhos.

A Tentativa de Ascensão

Examinando-se as possibilidades de ascensão ocupacional da população de origem rural, verifica-se que o trabalho por conta própria, apesar de ser dificilmente atingível, constitui na verdade uma das poucas oportunidades abertas aos trabalhadores, pois as ocupações mais bem pagas dependem em geral de uma escolarização prévia que o trabalhador não possui. É interessante notar, nesse sentido, que as aspirações para os filhos, ao contrário das próprias, se dirigem não no sentido do trabalho por conta própria mas no sentido de aproveitar as oportunidades educacionais que a cidade abre às novas gerações.

Entre todos os migrantes que entrevistamos, muitos dos quais analfabetos, não encontramos nenhum que não tivesse interesse em enviar os filhos à escola. A alfabetização é reconhecida por todos como instrumento essencial de adaptação à vida urbana. Todos esperam que os filhos completem o primário, isto é, que "tirem o diploma". Mas poucos estão em condições de financiar uma escolarização prolongada. As reprovações sucessivas, o desinteresse das crianças que não se adaptam à escola provocam frequentemente o abandono do curso primário nas séries iniciais. Na expressão de um informante, "quando os filhos não têm cabeça, não adianta forçar". Por outro lado, a possibilidade de escolarização além do curso primário, que acarreta maiores despesas, não é uma oportunidade que possa

ser dada a todos os filhos. Apenas os mais novos, quando a família já possui outros filhos que trabalham, ou os que apresentam motivação particular ("os que têm boa cabeça") é que podem esperar prosseguir na escolarização. Mas a escolarização dos filhos, além da escola primária, depende muito da natureza do universo de referência dos pais. Frequentemente, é a absoluta ignorância da natureza das oportunidades educacionais existentes, que impede o encaminhamento dos filhos para as instituições de ensino. Todos conhecem a escola primária. Para além delas, estende-se um mundo indefinido e desconhecido de cursos, cujo acesso é vedado pela falta de informação.

Por outro lado, o esforço exigido pela manutenção de um filho na escola precisa ser recompensado de modo imediato. A escolarização de nível médio deve oferecer uma qualificação que a justifique. O encaminhamento dos filhos para as escolas profissionais, menos conhecidas, se restringe em geral aos migrantes que são operários e tiveram oportunidade, na fábrica, de informar sobre a natureza e as vantagens desses cursos. Mesmo esses, entretanto, frequentemente optam pela escola de comércio, pois a escolarização é valorizada principalmente como instrumento para a libertação do trabalho manual.⁸ O trecho de entrevista que passamos a citar é extremamente significativo a esse respeito.

O informante é um dos raros casos de migrante que conseguiu ascender a operário especializado em indústria metalúrgica. O filho, de 12 anos, está no curso básico de comércio. Perguntamos ao pai por que não encaminhara o filho para uma escola técnica. Respondeu que prefere que o filho tenha uma profissão "livre", onde não precise trabalhar 10 horas por dia, na sujeira, sem conforto e sob as ordens do contramestre para não atrasar a produção. "Sei que um cronometrista e outros técnicos ganham até mais que um contador, mas o salário não é tudo na vida."

Como a escolarização prolongada está fora de cogitação para a maioria dessa população, a busca de qualificação através da escola, tende a se orientar para

(8) Sobre a questão da pequena procura do ensino industrial-oficial veja-se Bregon, 1962, especialmente págs. 26 e segs.

"cursinhos" noturnos, de duração reduzida: cursos para mecânico, eletricista, desenhista, etc.

O mesmo se dá com a população feminina que em geral é encaminhada para cursos de corte e costura. A ocupação de costureira é sempre rendosa, permitindo quer o trabalho em fábrica de roupas, quer o doméstico. Pode-se costurar para fora e para a família e, assim, essa é uma qualificação que pode ser exercida mesmo após o casamento.

É importante notar que as necessidades de escolarização dessa população são atendidas quase que exclusivamente pelas escolas particulares. A escola oficial se coloca quase sempre fora de seu alcance, quer pela escassez de vagas e conseqüente necessidade de competir com uma população melhor escolarizada, quer pela longa duração dos cursos que não oferecem possibilidade de qualificação imediata. Mais ainda, é a escola particular que preenche a função de indicar, através da propaganda comercial, a existência de oportunidades educacionais. Desse modo, a escola se torna ainda mais cara e mais inacessível.

Convém ainda observar que raramente terminam os cursos iniciados. Mesmo assim, a procura da escola indica a consciência da necessidade de qualificação para a ascensão ocupacional.

Na verdade, a escola está longe de ser um instrumento perfeitamente adequado para promover a ascensão ocupacional, especialmente a que permite a passagem para o trabalho não-manual. Isto se dá não apenas por causa da inadequação do *curriculum* escolar, que existe, mas, e talvez principalmente, porque as exigências para o preenchimento dessas ocupações não se limitam à escolarização, mas incluem requisitos que se prendem a estereótipos de classe associados a padrões urbanos de vida: trata-se de uma certa exigência na apresentação pessoal, no modo de falar e vestir, na utilização fácil de normas formais de polidez, que só são adquiridas no processo de socialização extra-escolar.⁹

A escola é, portanto, um canal de ascensão social restrito, mesmo para os jovens. Para a grande maio-

(9) A pesquisa de João Baptista Borges Pereira em um ginásio da periferia da capital aponta muito nitidamente este problema (Borges Pereira, 1966, especialmente pág. 129 e segs.).

ria da população migrante, que não pode obter qualificação através da escola, as possibilidades de ascensão estão limitadas às possibilidades de obter qualificação no próprio emprego e que são bastante reduzidas.¹⁰ Para esses, que constituem a grande maioria dos migrantes, o trabalho por conta própria se apresenta como única forma possível de ascensão ocupacional. Mas o projeto de carreira que formulam seria adequado apenas em um sistema econômico de tipo semi-artesanal. Corresponde ao modelo de carreira do imigrante estrangeiro do início do século, que começava a vida como aprendiz em um "ofício", progredia a artesão e acabava estabelecendo uma oficina própria. Na verdade, poucos conseguem realizar o sonho do trabalho por conta própria. A experiência crescente, ou fracassos sucessivos vão apontando os riscos de todas as pequenas empresas na cidade grande. Além do mais, a realização do ideal do trabalho autônomo freqüentemente entra em competição com um ideal paralelo, que é o de casa própria.

A casa própria é um ideal extremamente generalizado e tem, certamente, um valor instrumental. A compra de um terreno e a construção de uma casa, em geral, por partes e vagarosamente, constitui uma das poucas formas de capitalização ao alcance do trabalhador. A casa é sempre um investimento que pode dar lucro, pela venda ou locação. É, por isso, uma forma de obter uma certa segurança econômica. Isto é tanto mais verdade porquanto o preço do aluguel ocupa geralmente uma percentagem importante do orçamento doméstico. Para uma população sujeita a períodos de desemprego, a casa própria garante a satisfação permanente da necessidade fundamental de abrigo e alojamento; em caso de necessidade, a alimentação pode ser provida através de biscates ou qualquer ocupação marginal e temporária. A construção de uma casa é também um modo de acumular gradualmente um pequeno capital; a compra de um terreno a prestação e a construção parcelada, que progride conforme as disponibilidades de numerário, constitui um dos únicos meios de investir algum dinheiro evitando a desva-

(10) Sobre a questão da limitação das oportunidades de ascensão nas indústrias consulte-se (Pereira, 1965, pág. 292 e seg.).

*
lorização decorrente da inflação. Mas, a casa própria é não só um instrumento, mas um fim, uma forma de afirmação, de independência. Nas palavras dos informantes, o indivíduo que tem uma casa, "está no que é seu, faz o que quer". É nesse sentido, parece-nos, que a casa justifica os sacrifícios que freqüentemente acarreta de gastos maiores com transporte e a inconveniência de morar em bairros afastados, sem melhoramentos públicos, muitas vezes mesmo sem luz.

Vê-se que as opções que se realizam envolvem freqüentemente uma redefinição ou rearranjo de valores, mas as velhas aspirações permanecem. O jogo de valores diferentes provoca uma ambivalência na avaliação de qualquer ocupação particular e acarreta uma extraordinária mobilidade ocupacional que pode ser vista como tentativas de conciliar valores em conflito. Essa mobilidade não envolve apenas a mudança de emprego, mas a mudança para ramos de atividade completamente diversos e, freqüentemente, inclui retornos provisórios às atividades rurais.¹¹

Veja-se, por exemplo, o caso do Oswaldo. O avô possuía terras na Bahia. Toda a família, o pai e os tios trabalhavam com o avô. Antes de Oswaldo nascer, seus pais vieram para São Paulo e aqui moraram cinco anos. Eram feirantes. "Não sei porque voltaram para a Bahia. Talvez o avô chamasse, dissesse que a lavoura estava dando bem... Meu pai sempre gostou da lavoura — quem sabe enjoou da agitação de São Paulo. Nortista nunca esquece o lugar onde nasceu. Basta ganhar um dinheirinho, segura para aproveitar no Norte, abrir uma quitanda, empregar na terra." Oswaldo trabalhou na lavoura até os 17 anos, quando perdeu, no mesmo ano, o pai e o avô. A fazenda foi vendida e o dinheiro repartido entre 11 herdeiros. Com a parte que lhe coube, a mãe de Oswaldo resolveu vir para São Paulo com os filhos (Oswaldo, uma irmã mais velha que ele, outra mais nova). Achava que aqui "iriam para a frente — o movimento era outro, corria muito dinheiro". Ademais, "queria serviço mais maneiro" achava o trabalho da lavoura mui-

(11) Sobre a mobilidade que envolve mudança em ramo de atividade, consulte-se, além de Lopes (1964); Herrmann (1948).

to pesado. Em São Paulo as filhas poderiam trabalhar como domésticas, o filho numa fábrica. Ganhariam muito mais do que na Bahia onde Oswaldo, "sem estudo", só poderia trabalhar como empregado nas fazendas ou ajudante de bar na cidade. Oswaldo achou muito bom — desejava aprender um serviço diferente, pois até então só conhecera serviço pesado, com a família, sem ganhar nada de seu. Queria aprender uma profissão, ganhar salário próprio.

Chegando (1954) em São Paulo a mãe procurou antigos vizinhos, com quem ficaram hospedados até alugarem casa. Por intermédio dos amigos, conseguiram licença para instalar uma barraca de verduras, providenciando também a construção da banca. Quando a mãe sugeriu o trabalho de feira Oswaldo argumentou que seria melhor ela ficar com a barraca e ele procuraria outro emprego. Mas a mãe não concordou: "disse que podia ir por ela, que sabia o que estava fazendo". Na barraca trabalhavam Oswaldo, a mãe e a irmã mais nova. Para a mais velha a mãe conseguiu emprego de doméstica, procurando pelo jornal (a irmã nunca mudou de emprego; abandonou-o só 2 anos depois, para casar, e foi com o marido para o Paraná). Depois de um ano já tinham algum capital e substituíram a barraca de verduras por outra de roupas feitas. Com a nova barraca ganhavam muito mais e três anos mais tarde (1957) compraram um terreno em Vila Formosa, iniciando a construção de uma casa. Foi iniciativa da mãe, que achava que o aluguel pesava muito: "casa alugada é coisa muito incerta. A qualquer hora o dono pode pedir a casa e a gente tem que ficar quebrando a cabeça aqui e ali. Nada melhor que ter o ranchinho da gente..." A construção da casa custou-lhes todo o capital que tinham. Não podiam continuar com a barraca a não ser comprando a crédito. A mãe não quis — achava perigoso: "podia chegar o fim do mês, acontecer alguma coisa, e a gente não poder pagar". Liquidaram o negócio da feira. Oswaldo foi trabalhar na barbearia de um conhecido; a irmã mais nova, que terminara o primário aqui e fizera um curso de datilografia, atrumou emprego em escritório. A mãe costurava para fora. Disse aos filhos que precisa-

vam guardar dinheiro para que pudessem "voltar a tocar coisa própria, naquele ramo (feira) ou em outro". Oswaldo trabalhou dois meses como aprendiz, sem receber e depois começou a ganhar por percentagem. Ficou só 6 meses nesse emprego. "O ganho era pouco e não gostava do serviço." "A pessoa fica só ali dentro, o dia inteiro trabalhando, esperando a vontade do freguês."

Oswaldo resolveu tentar de novo a agricultura. "Diziam" que em São Paulo era fácil arrendar terra, não era como na Bahia onde só havia meação. Foi para Garça, onde procurou um empreiteiro e conseguiu lugar de ajudante de tratorista numa fazenda. Aprendeu logo a manejar o trator e foi promovido a tratorista. Ficou só três meses no emprego. Percebeu que seria difícil arrendar terra. "O que os fazendeiros de lá querem é colono com família." Não interessava. Além do mais, "deu vontade de voltar para São Paulo".

Regressando a São Paulo, um vizinho arranhou-lhe emprego numa tecelagem, como ajudante de tecelão (1958). Ganhava Cr\$ 5 900,00 mensais, mas com as horas extras, recebia de Cr\$ 7 000,00 a Cr\$ 8 000,00. Mais da metade deixava com a mãe. O resto gastava consigo. No início, achou "a vida muito dura", mas acabou acostumando. "Era mais uma profissão que aprendia e o ganho era bom." Mas achava o serviço de feira melhor. "Na fábrica a pessoa é mandada pelos outros, vigiada. Não gosto de gente falando brabo comigo. Mas o movimento compensava. Trabalhavam no meio daquela população, homem e mulher tudo junto." Dava-se muito bem com as colegas e até arrumou namorada. "O serviço de fábrica é melhor que o da lavoura porque é mais limpo, mais seguro: todo fim do mês o da gente vem. Na lavoura é preciso esperar até o fim do ano para se saber qual a produção. Mas na lavoura é melhor porque não se tem onde gastar. Aqui, para tudo o que se quiser é necessário se valer do dinheiro. Também é preciso andar mais bem vestido, na roça ninguém repara." Pesando tudo, achava São Paulo melhor.

Em 1961 Oswaldo foi despedido. A muito custo, conseguiu receber parte da indenização (Cr\$ 36 000,00).

Deu Cr\$ 20 000,00 para a mãe e gastou o resto, mas não conseguiu arrumar outro emprego. Depois de 2 meses, resolveu voltar para o interior. Um conhecido, filho de fazendeiros, deu-lhe o nome de uma fazenda em Andradina onde com certeza arranjaría emprego. No hotel em que ficou hospedado em Andradina recebeu proposta para trabalhar como vendedor-viajante de uma firma que vendia peças de fogão. Nem chegou a procurar a fazenda — aceitou imediatamente a proposta. O emprego era excelente. Tinha “a regalia de conhecer muitos lugares” e “ficar conhecido na sociedade”, pois sua assinatura constava de todos os recibos. Estava ficando “um homem de fé”, isto é, uma pessoa que inspira confiança. Ganhava muito dinheiro, cerca de Cr\$ 120 000,00 por mês. Mandava a metade para casa e “metia o pé na farra e em roupas”. Trabalhava há seis meses nesse emprego quando foi implicado no roubo de um rádio e condenado a 4 anos de prisão.

Da sua experiência, declara Oswaldo que “não há coisa melhor que trabalhar por conta própria: não se é mandado por ninguém; o empregado pode ser posto na rua a qualquer hora; o patrão pode chamar a atenção, até na frente dos outros, a gente fica envergonhado”. Ser feirante é melhor que trabalhar na fábrica. Mas ser vendedor-viajante é o melhor, ganha-se muito mais. “Só vivia em hotel e pensão. Engraxava os sapatos todos os dias. Terno, usava três vezes já mandava para a tinturaria.” Para trabalhar na lavoura, só como proprietário. Como já tem “profissão”, não voltaria para ser camarada. Só se juntasse o suficiente para comprar um sítio. Não quer mais ficar em São Paulo, nem voltar para a Bahia. Quer ir para uma cidade boa do interior, como Botucatu, onde tem muitos amigos. “Lá não corre tanto dinheiro quanto aqui, mas aqui se está sempre preso com uma quantia certa, o que ganha basta.” Pensa em conseguir convencer a mãe a vender a casa que tem aqui e comprar outra em uma cidade do interior. Com a diferença, poderia abrir uma barbearia e trabalhar por conta própria. “Barbearia custa menos que sítio. A pessoa tendo um salão de barbeiro já dá. Basta por profissional”. Com a barbearia poderia até juntar o suficiente para com-

prar um sítio. A razão pela qual pensa em comprar sítio é que seu “primeiro viver foi na roça”. Se nada disso der certo, voltará a ser vendedor-viajante. “Ganhar salariozinho numa fábrica não dá para viver.”

Essa entrevista ilustra muito bem as diferentes passagens de um tipo de atividade para outro, que são tão características do processo de ajustamento do migrante rural. Mesmo o movimento da agricultura para ocupações urbanas é feito com retorno às atividades agrícolas. Mas as diferentes mudanças de atividade têm como direção última, a independência do trabalho por conta própria. Mesmo a mudança do trabalho de feirante para o de operário é justificada em termos de realização de um outro ideal de independência, o da casa própria. A casa própria, como o trabalho por conta própria, simboliza a dignidade de “mandar no que é seu”, de não estar sujeito à vontade de outrem: patrão ou senhorio. Os aspectos positivos que o trabalho da fábrica oferece ao informante decorrem mais da situação doméstica do que da situação de emprego. O trabalho da fábrica representou, em certo momento, uma libertação da tutela da mãe. É verdade que a situação de operário é considerada superior à de barbeiro, ou mesmo à de tratorista. Isto é, enquanto trabalho assalariado, o trabalho de fábrica é preferível a outros tipos de trabalho manual. O motivo alegado é a superioridade do salário. Mas, em comparação com o trabalho de barbeiro, “não precisa ficar ali fechado o dia todo, à espera da vontade do freguês”, isto é, a dependência é menos direta e menos pessoal. Mas o trabalho que mais satisfação deu foi o de vendedor-viajante, não só porque ganhava muito mais, mas porque “estava ficando conhecido na sociedade”, era serviço “de responsabilidade”. Nesse caso é difícil comparar o tipo de trabalho com o de vendedor de feira, pois como feirante o informante ainda era dependente da mãe ao passo que como viajante, “era dono de si”. De qualquer modo, o emprego de viajante se apresenta como a grande oportunidade porque permite conciliar a avaliação que se prende à quantidade de dinheiro manipulado, ao nível de consumo, à independência individual que é ainda exaltada pela movimentação constante que o trabalho requer.

O emprego assalariado na indústria, isto é, a posição de operário, se coloca entre dois outros tipos possíveis de ocupação: de um lado o trabalho assalariado que cria laços pessoais, depende de relações face a face e se aproxima de uma relação de clientela; de outro, o trabalho por conta própria, a independência econômica, a liberdade em relação à ordem e supervisão. Essas duas últimas opções, correspondem a padrões de relação de trabalho vigentes na sociedade rural. É a posição de operário que representa a oposição aos padrões de trabalho tradicionais e exige a remodelação dos padrões de avaliação do trabalho: o trabalho de fábricas é sujeito à supervisão metódica e detalhada que constitui a antítese do trabalho livre; mais ainda, a dependência do operário não está disfarçada em termos de relações paternalistas. A aceitação da posição de operário exige a aceitação da dependência, do controle exterior sobre a atividade, dependência e controles que não são mitigados pela etiqueta da reciprocidade que freqüentemente caracteriza a relação de clientela e que resguarda a integridade da pessoa. Por outro lado, a posição de operário acarreta também o divórcio entre trabalho e vida social e, nesse sentido, a libertação da dependência total que é a clientela. A percepção dos aspectos positivos da posição de operário exige a utilização de novos padrões de avaliação. Em termos de arrendatário, rendeiros e pequenos proprietários da economia tradicional, o trabalho em fábrica tem a vantagem de garantir uma remuneração regular e relativamente elevada. Isto é, seus aspectos positivos derivam, primordialmente de elementos exteriores à natureza da atividade desenvolvida. É verdade que ele possui também características positivas mesmo em termos dos padrões tradicionais de avaliação: é freqüentemente "mais limpo" e "menos pesado" que o trabalho da lavoura. Mas é muito raro que estes aspectos, na avaliação do trabalhador, compensem as desvantagens da subordinação. O salário continua a ser a maior atração da indústria. Nesse sentido, a adaptação ao trabalho industrial implica a aceitação do trabalho como mero instrumento para a satisfação das necessidades e não como atividade satisfatória em si.

A carreira do migrante rural na cidade se apresenta, portanto, como tentativa de conciliar, dentro de possibilidades limitadas, ideais ocupacionais contraditórios. E a mobilidade ocupacional constitui uma série de tentativas para encontrar soluções mais felizes que propiciem a realização sempre parcial de um ideal de vida inatingível.

Com isto não queremos dizer que o comportamento do migrante e as opções que realiza em termos de carreira possam ser explicadas como simples manifestações de apego a padrões culturais tradicionais. Ao contrário, as escolhas ocupacionais parecem exprimir uma avaliação bastante adequada das situações de trabalho com as quais os migrantes se defrontam e das oportunidades de mobilidade efetivamente existentes. A própria desvalorização do trabalho fabril, nos termos em que é feita, pelo que representa como despersonalização da atividade e desrespeito à integridade da pessoa, não difere em nada da avaliação presente em toda a literatura científica sobre relações de trabalho na indústria.

9

A FAMÍLIA E OS PARENTES

Nos capítulos anteriores procuramos mostrar como a migração se orienta dentro de um universo de relações pessoais que envolve parentes, amigos e conterrâneos. Mostramos também que esse grupo constitui um instrumento importante para a integração do migrante no universo urbano e, especialmente, no ocupacional. Tentaremos agora analisar as condições que propiciam a permanência e a transformação dos grupos primários, e o modo concreto pelo qual desempenham suas funções.

O migrante rural que chega pela primeira vez numa grande cidade encontra uma situação completa-

mente diferente, ante a qual os padrões de comportamento que constituem o seu equipamento cultural tradicional se revelam inadequados. Faz-se necessário um ajustamento inicial que se apresenta como reconstituição do seu universo.

Os aspectos novos da grande cidade criam inicialmente uma necessidade de reformulação ecológica. O universo físico, que envolve a grande concentração de população, a distribuição das ruas, a arquitetura dos edifícios, exige uma nova forma de orientação no espaço e de locomoção. A própria movimentação no espaço urbano requer novas formas de relações sociais, pois a integração nesse meio ecológico se faz pela manutenção de padrões de distância social e isolamento da pessoa que o imigrante sente como repulsão ou hostilidade.

Ante esse universo estranho e hostil, as relações pessoais constituem o único ponto de apoio com o qual o migrante conta para iniciar o processo de ajustamento às novas condições de vida. Daí a enorme importância que assume inicialmente o grupo de relações primárias. Não se trata, na verdade, de um grupo que possua existência autônoma, mas de um grupo que é constituído pelo imigrante e em torno do migrante, na medida em que ele mobiliza conhecimentos e relações estabelecidas, direta ou indiretamente, na comunidade de origem. O imigrante procura imediatamente parentes ou amigos, na falta destes, apela para amigos de parentes, ou parentes de amigos. E é na expectativa dessa necessidade inicial que ele mobiliza previamente as relações pessoais que são o instrumento principal do ajustamento. Revela-se, nessa ocasião, a persistência dos laços interpessoais que caracterizam os grupos primários e a sua virtualidade. Parentes que não se viam há anos são requisitos a hospedar, auxiliar e encaminhar o migrante recém-chegado. E os laços pessoais, que haviam sido suspensos por períodos às vezes muito longos, são reativados nesse momento. Por outro lado, à medida em que o migrante se integra em seu novo meio, as relações vão se tornando mais esporádicas, para serem novamente mobilizadas em uma nova situação de crise.

A Importância das Relações Pessoais

É a inadequação do seu equipamento cultural para utilizar instituições impessoais que torna o imigrante rural tão completamente dependente dos contatos pessoais, que são os intermediários naturais entre a pessoa e a sociedade mais ampla. Daí, inclusive, a facilidade com que pode ser ludibriado e enganado. Não se trata, neste caso, de excesso de confiança nas pessoas. Mas é que, na situação de desamparo que decorre do isolamento inicial, qualquer oferecimento do contato pessoal é aceita como a única saída para uma situação insustentável.

Essa hostilidade do universo urbano é sentida de modo muito pouco articulado. Sempre foi extremamente difícil, nas entrevistas, conseguir informações sobre as impressões iniciais dos migrantes que chegam pela primeira vez na grande cidade. Mas quem quer que observe os grupos de trabalhadores rurais que se concentram nas estações de trem ou ônibus não pode deixar de notar a timidez e o isolamento que os grupos manifestam em relação a situação exterior que os envolve. É o caso de José.

Aos 19 anos José, filho de arrendatário em São Paulo, foi convocado para fazer o serviço militar e encaminhado a Quitaúna. Viajou em comboio especial e foi encaminhado diretamente para o quartel, mas trouxe consigo o endereço de um irmão de seu pai que residia na Vila Prudente. Entretanto, passou os dois primeiros meses no quartel, sem sair: "Andava por ali, com medo de vir até São Paulo. Passei a vida quase toda no quartel". Só depois de dois meses criou coragem para visitar o tio, confiando no roteiro que possuía, com indicação das conduções, e nas informações que obtivera no quartel. Conseguiu realizar a façanha sem incidentes; viajando de trem desceu na Estação Sorocabana, tomou o bonde que lhe indicaram, pedindo que o avisassem quando chegasse a hora de descer. Passou então a visitar os parentes mensalmente. Quando o fazia "vinha com destino certo: não passava à toa".

Nessa primeira estada na capital, como o informante não tinha intenções de ficar, o isolamento em relação ao meio urbano é completo. Ele apenas o

percorre na rota para alcançar os parentes, que são os únicos contatos que possui com a cidade. Inicialmente, é necessário que ele estabeleça contatos com pessoas estranhas, para obter informações. Mas, desde que se familiariza com o "caminho", ele atravessa a cidade sem dela participar, apenas percorrendo um espaço que lhe é exterior e do qual se isola socialmente, até atingir a segurança do universo familiar composto de parentes e amigos. Evidentemente, este é um caso extremo, que se torna possível na medida em que este migrante particular não tem necessidade de superar as limitações do grupo de parentesco. Para os que pretendem se estabelecer em São Paulo, a necessidade de obter emprego exige o estabelecimento de contatos que extravasam o grupo doméstico e de parentes. Mas isto não diminui a importância do grupo de relações primárias, desde que a própria superação dos seus limites se dá através do auxílio de seus membros.

A importância fundamental do grupo de relações primárias deriva, em primeiro lugar, do fato de que o migrante desconhece os padrões culturais que regulam a participação na vida social e econômica da grande cidade. A sua integração depende pois de uma aprendizagem que só pode ser realizada através do único modo de comunicação com o qual sua cultura o equipa — a comunicação direta através de relações pessoais. Quanto à ocupação, por exemplo, parece ter ficado bastante claro que, como o migrante desconhece as características gerais do mercado de trabalho e não está equipado para utilizar instituições burocráticas, ou meios de comunicação impessoais, sua escolha fica limitada à estreita faixa de possibilidades sobre o qual pode se informar através de contatos diretos. A carreira do migrante fica condicionada, em grande parte, pela experiência ocupacional do grupo de relações primárias do qual participa. Na expressão de um informante "bons empregos só se conseguem com muito conhecimento", isto é, com muitos amigos.

Essa dependência inicial dos contatos pessoais para a obtenção de emprego fica muito patente no caso de João.

João é filho de sitiantes, em Tanabi, onde trabalha com a família. Um dia, tendo ido à cidade, en-

controu um amigo que migrara anteriormente e estava visitando parentes. O amigo trabalhava "com máquinas de terraplanagem na barragem de Jacareí" e perguntou se ele não gostaria de trabalhar nessa obra. João não tinha idéia precisa do serviço que poderia executar, mas o amigo disse que havia vagas (sem especificar em que) e que poderia vir e ganhar até Cr\$ 60 000,00 mensais. Munindo-se dos endereços e de informações sobre como chegar até lá, disse que "ia ver". Tinha vontade de "aventurar" e achara o salário muito bom. Pensava poder guardar alguma coisa para realizar alguma "benfeitoria", isto é, trabalharia cerca de um ano e empregaria o dinheiro guardado na lavoura. O pai não achou boa idéia, mas João era maior e "tinha o direito de procurar o interesse, emancipar da família". João era solteiro, a migração aparecia como modo de se tornar independente. Esperou dois meses até acabar a colheita do arroz e partiu para Jacareí. Seguindo instruções do amigo, tirou em Tanabi a carteira de trabalho. Aqui em São Paulo conseguiu encontrar o amigo, que o acompanhou até o escritório da firma, onde foi informado que já não havia mais vagas. Ele não sabia ao certo que emprego poderia pretender; julgava que "qualquer coisa daria certo". Apenas existia vaga para apontador, para a qual João prestou exame de "leitura e matemática", mas não conseguiu ser aprovado. O amigo então indicou-lhe outros lugares onde poderia pedir emprego. Mas João resolveu voltar para casa, "em vez de ficar gastando o dinheiro pouco". O dinheiro poderia acabar e ele ficaria "na mão". Poderia até ter que pedir dinheiro emprestado ao amigo. Por outro lado, "é muito difícil a pessoa procurar emprego sem ser conhecida". Se não fosse pelo amigo, nem teria saído de casa. Teria de andar de fábrica em fábrica, de obra em obra, sem informação — "seria sacrificado". Daí muitos não se arrissem pois "podem perder a viagem, ficar por aí".

Vê-se, nesse caso, em que o imigrante tinha dinheiro suficiente para voltar e a viagem não era longe, que a impossibilidade de obter emprego através de uma relação pessoal o faz abandonar o projeto de migração.

Na verdade, João revela uma falta de iniciativa que não é comum no material de entrevistas. Embora

sejam muito raros os imigrantes que se dirigem a São Paulo sozinhos e sem "conhecimentos", aqui, esses casos certamente ocorrem. O migrante recorre então a companheiros de viagem, a relações que estabelece no trem, ônibus ou caminhão em que viaja e é frequentemente encaminhado às pensões que existem perto da estação. Na pensão, partilhando um quarto com outras pessoas, é relativamente fácil "travar relações" que o orientem na busca inicial de emprego. A pensão e o emprego passam a ser então, principalmente para o jovem, situações que propiciam a formação de grupos de convivência não baseados no parentesco. Mas o importante é notar que, mesmo nesses casos de migrantes que são bem sucedidos nessa aventura empreendida isoladamente, a migração não representa um desligamento da família de origem, pois trata-se, o mais das vezes, de pessoas que vêm "aventurar" para poder mais tarde trazer a família.¹

A importância do grupo de relações primárias na obtenção de emprego se deve ao fato de que o simples conhecimento da existência de um número relativamente amplo de ocupações possíveis não é suficiente para orientar a escolha ocupacional. A possibilidade de obter um emprego determinado não implica apenas em saber de sua existência, mas em conhecer o modo específico de disputá-lo ou de se qualificar para ele. É apenas na medida em que o migrante consegue informações sobre as características concretas de determinadas ocupações que se orienta no sentido de tentar ocupá-las. Por isso é que o horizonte profissional do trabalhador está condicionado pela natureza de seu universo de participação social efetiva. É verdade que esse universo se alarga continuamente e cedo extravasa os limites dos laços estabelecidos na comunidade de origem. A obtenção de um emprego, assim como de um lugar para morar, propicia a formação de novos contatos pessoais com colegas e com vizinhos, ampliando e diversificando seu círculo de relações. Os novos contatos, entretanto, raramente podem substituir a rede de relações sociais fundadas no parentesco, que

(1) Convém observar também que esses casos provavelmente incluem grande número de pessoas que fracassam no empreendimento e voltam à região de origem. A pesquisa de campo não permitiu a análise satisfatória dos casos de fracassos na migração.

definem obrigações recíprocas e que dão, ao migrante, a segurança de auxílio em caso de necessidade.

As Relações Pessoais e a Carreira

A existência de um grupo de relações primárias, moldado sobre padrões de relações sociais vigentes na sociedade rural e em grande parte construído sobre relações criadas nessa sociedade, é um elemento de importância fundamental no processo de integração do migrante rural na sociedade urbana. Mais ainda, a estrutura e as características particulares desse grupo, que derivam da experiência concreta dos seus componentes, condicionam, inclusive, a carreira do migrante. A carreira do imigrante não é um processo independente da vida social mais ampla, nem pode ser entendida plenamente em termos individuais.

O caso do filho de Mário, antigo colono de fazenda de café, ilustra muito bem como as possibilidades de emprego dependem desse universo de participação pessoal, que é estruturado em torno da família. Mário veio com a família para São Paulo. Através de parentes conseguiu emprego numa fábrica de papel, onde chegou a premissa. Quando o filho mais velho ficou maiorzinho, conseguiu empregá-lo no escritório da fábrica. O menino ia muitas vezes ao laboratório da fábrica e sentiu-se atraído pelo serviço. O encarregado do laboratório, vendo o interesse do menino, conseguiu sua transferência do escritório. Agora o filho quer fazer o ginásio e estudar química industrial. Vê-se como é através dos contatos pessoais, nesse caso o pai e o encarregado do laboratório, que se definem concretamente as oportunidades ocupacionais.

Por outro lado, o grupo de relações primárias, especialmente a unidade doméstica e o grupo de parentes mais próximos constitui ainda, mesmo no universo urbano, a unidade fundamental de vida social, pois é a única na qual a participação continua a envolver, necessariamente, a totalidade da pessoa. É portanto o único grupo que pode dar, ao indivíduo, o tipo de apoio incondicional que a insegurança da situação de mudança torna tão necessária. Essa impor-

tância é realçada pelo fato de que as instituições assistenciais burocráticas e impessoais são precárias e insuficientes — é a família e o grupo de parentes, que constituem ainda o grupo assistencial por excelência e se apresentam como indispensáveis inclusive à segurança econômica dos indivíduos.

Mostramos anteriormente que a permanência em ocupações marginais é um fator negativo para o estabelecimento de famílias regularmente constituídas. Reciprocamente, o isolamento de migrante em relação à família imediata (de origem ou procriação), privando-o do estímulo, do controle e do apoio inerente às responsabilidades criadas pela participação no grupo doméstico, parece ser um fator que contribui para a perpetuação de uma marginalização econômica que é paralela à marginalização social. A remuneração insuficiente para prover a subsistência de família, pode ser suficiente para a aquisição de objetos de consumo conspícuo, permitindo ao mesmo tempo lazeres prolongados que são dedicados à busca de divertimentos e às conquistas amorosas. A importância que assume o lazer dificulta a passagem para as ocupações regulares e mais produtivas e impede a aquisição de qualquer qualificação, excluindo o migrante dos sistemas econômicos mais produtivos e condenando-o a uma marginalização permanente. O caso de Francisco, analisado no capítulo anterior, ilustra muito bem esta situação.

A Organização do Grupo de Relações Primárias

O grupo de relações primárias que se constitui na cidade não é simplesmente um conjunto de pessoas. Ele é organizado, em relação ao indivíduo, em termos de intensidade das relações pessoais, intensidade esta que está condicionada, em grande parte, pela proximidade do parentesco.

Havíamos mostrado como, nas comunidades rurais, a organização social se fundamenta no grupo doméstico, formado por uma família conjugal, e no grupo de parentes. Para além dos núcleos formados por famílias conjugais, que constituem a unidade básica de organização da atividade econômica e da vida social,

estabelecem-se relações interpessoais cujo fundamento é, freqüentemente, o parentesco. O parentesco cria uma rede de relações potenciais que são mobilizadas de acordo com as circunstâncias e as preferências individuais. A dependência em relação a este círculo relativamente amplo de parentes está vinculado às próprias características estruturais da família conjugal que é realmente uma unidade relativamente auto-suficiente em apenas uma das fases do seu ciclo natural.

Essas mesmas características e insuficiências da família conjugal persistem na vida urbana e, de certa forma, são mesmo realçadas pelas peculiaridades do modo de remuneração. Como mostramos anteriormente, na situação urbana o trabalhador está na dependência total do salário, pois não produz mais diretamente os bens necessários à sua subsistência. Desse modo, as famílias jovens, isto é, aquelas que contam apenas com filhos pequenos, dependem exclusivamente do salário do chefe da família. O modo de emprego próprio da situação urbano-industrial, que exige a locomoção do trabalhador isolado, dificulta enormemente o trabalho regular das mães com filhos pequenos, ao mesmo tempo que a legislação trabalhista exclui a mão-de-obra infantil do mercado de trabalho regularmente constituído. Paralelamente, a falta de qualificação dos trabalhadores de origem rural e as condições gerais do mercado de trabalho tornam o desemprego ou o subemprego uma situação freqüente que constitui uma ameaça constante à sobrevivência da família. É nesse sentido que a existência de um grupo amplo de parentes próximos, pais e irmãos, representa uma condição importante de segurança econômica, pois constitui um apoio seguro nas situações de crise, oferecendo hospedagem, emprestando dinheiro e, principalmente, mobilizando-se para conseguir um emprego.

Essas observações permitem compreender a persistência, na cidade, de laços de parentesco que parecem contradizer o individualismo que freqüentemente se associa à vida urbana. Na verdade, não parece que a migração para a cidade contribua, pelo menos de imediato, para a dissolução dos vínculos de parentesco e dos laços de família. Mas, se estas relações podem subsistir sem grandes modificações, isto se deve,

em parte, à sua própria simplicidade e flexibilidade. Mostramos anteriormente como o parentesco, nas comunidades rurais, apresenta-se como um conjunto de relações diádicas, que implicam reciprocidade direta; mais ainda, o parentesco define um campo de relações preferenciais que são mobilizadas conforme as necessidades e possibilidades de cada situação concreta. Sua virtualidade permite, inclusive, que os vínculos se mantenham a despeito das separações. Estas características que, de um lado, expressam o personalismo e individualismo da cultura cabocla e, de outro, demonstram sua adequação a uma situação onde a mobilidade espacial é freqüente, permitem sua persistência e adaptação à vida urbana. A fragmentação do grupo doméstico, a separação dos parentes não é um fenômeno que ocorra apenas na migração rural-urbana, mas é ocorrência comum, embora talvez menos freqüente, na própria vida rural.

Entretanto, se as condições de vida urbana favorecem a reconstituição dos grupos domésticos numerosos que se originaram na zona rural, elas impedem ou dificultam a constituição, na cidade, de famílias com grande número de filhos, tornando-se a prole muito onerosa para o trabalhador.

A complexidade do movimento de parentes e a natureza das relações que mantêm entre si, podem ser verificadas com mais precisão nas migrações já antigas, quando o processo teve tempo suficiente para se desenvolver plenamente, pois a migração de diferentes segmentos de família se dá às vezes com intervalos bastante grandes. A distância percorrida durante a migração influi na amplitude da reconstituição do grupo original. Quando a distância que separa os segmentos é muito grande, a comunicação se torna cada vez mais difícil e, com o decorrer do tempo, os grupos domésticos tendem a se separar definitivamente. Os parentes perdem o contato e a cadeia se rompe. É portanto entre migrantes do próprio Estado de São Paulo que encontramos os grupos mais amplos e as relações mais complexas. Mas, quando a migração envolve um número muito elevado de pessoas e se prolonga durante muito tempo, é extremamente difícil reconstruí-la em toda a sua complexidade, mesmo porque as

condições desfavoráveis sob as quais foram realizadas as entrevistas não permitiam uma continuação indefinida da indagação. Na verdade, qualquer reconstituição é sempre parcial, pois as diferentes famílias conjugais unem-se por relações de aliança a grupos de parentesco diverso, de tal modo que as relações se espraiam, por assim dizer, *ad infinitum*.

Apresentaremos, à guisa de exemplo, um dos casos mais complexos, onde foi possível reconstituir as migrações que envolvem nove de um grupo de onze irmãos.²

A família trabalhava originalmente como colonos de fazenda de café. Os avós maternos eram brasileiros, os paternos portugueses. Os pais tiveram 11 filhos: Sílvia (i 1), Antônio (I 2), Hortênsia (i 3), Amélia (i 4), José (I 5), Mário (I 6), Pedro (I 7), Armando (I 8), Luíza (i 9), Walter (I 10) e Luís (I 11).³ Sempre mudando de uma fazenda para outra, residiram em São Carlos, Bariri e Sampaio Vidal, mas principalmente em São Carlos. Apenas os irmãos foram alfabetizados; das irmãs, só a mais nova recebeu alguma instrução.

Em 1932, o pai resolveu mudar-se com a família para a cidade de São Carlos, porque "as crianças iam crescendo muito burras" e "a lavoura não tinha futuro". Nessa época, os 3 filhos mais velhos já se haviam casado e não moravam mais com a família. Sílvia (i 1) casara-se com colono e estava trabalhando com o marido na lavoura da Alta Sorocabana. Antônio (I 2) era administrador de uma fazenda em São Carlos. E o marido de Hortênsia (i 3) era sitiante em Sampaio Vidal.

Foram para São Carlos os pais e os filhos solteiros e lá se empregaram em fábricas de tecido. Em São Carlos casou-se uma outra filha, Amélia (i 4), com um pedreiro da cidade. Logo depois do casamento, em 1935, veio com o marido para São Paulo, "tentar a vida. Foi a primeira da família que veio para cá. O marido tinha parentes aqui. Naquele tempo tudo era mais fácil e logo se arrumaram". O ma-

(2) A informante foi a irmã mais velha. Incluímos no exemplo os cônjuges desse grupo de irmãos mas não os parentes dos cônjuges.

(3) I designa irmão, i designa irmã; o algarismo arábico designa a ordem de nascimento.

rido conseguiu emprego como pedreiro no cemitério de Vila Mariana, onde está até hoje. Amélia trabalhou como doméstica até nascerem os filhos. Tiveram 4 (hoje os dois mais velhos trabalham em escritório, os mais novos ainda estudam).

Alguns anos depois (1945), um dos irmãos, Mário (I 6), "infelicitou uma moça e fugiu para São Paulo". Não procurou a irmã "porque estava envergonhado". "Não adiantou fugir porque os parentes da moça o acharam e ele teve que voltar para São Carlos para casar." Mas gostara de São Paulo e, logo depois do casamento veio com a mulher, indo trabalhar na mesma fábrica que antes.

Influenciado pelas informações de Mário (I 6), outro irmão, José (I 5), resolveu vir também. Tinha mulher e filho pequeno. Ficou inicialmente na casa de Mário, que inclusive arrumou-lhe emprego na fábrica onde trabalhava (Pirelli). Está na mesma fábrica até hoje e é contramestre. Tem 4 filhos. O mais velho é guarda-livros, os dois seguintes trabalham em fábrica. O mais novo está no primário. Mário (I 6), entretanto, logo abandonou a Pirelli pela Good-Year, onde ganhava mais e onde ficou nove anos, até ser despedido.

Pouco depois desses irmãos haverem mudado para São Paulo (mais ou menos em 1946), a irmã mais velha, Sílvia (i 1) e o marido, que ainda eram colonos, resolveram abandonar a agricultura. Tinham então 7 filhos. Mudaram-se para São Carlos, onde estavam os pais e irmãos da mulher. Em São Carlos os dois filhos mais velhos (14 e 13 anos) empregaram-se em fábricas de tecido e o pai foi trabalhar como lenhador. Entretanto, no ano seguinte "os salários caíram e a situação ficou muito difícil". Sílvia então resolveu mandar os 4 filhos maiores para São Paulo, para ver se conseguiam colocação. Vieram para a casa dos tios. Mário (I 6) conseguiu emprego para dois sobrinhos em uma fábrica de camas. Para o outro, que era aprendiz de serralheiro em São Carlos, José (I 5) conseguiu colocação numa fábrica (não especificada). A menina, que viera com os irmãos, ficou morando com a tia, Amélia (i 4), a quem ajudava na casa. Com os filhos empregados, vieram os pais e as crianças menores. Trouxeram com eles uma sobrinha de Sílvia,

filha de Antônio (I 2), que era administrador de fazenda. Os irmãos já haviam alugado casa para eles e o dinheiro que tinham empregaram na compra de um terreno. O marido de Sílvia conseguiu empregar-se como ajudante de caminhão — o dono do caminhão era o senhorio da casa que alugaram. A sobrinha colocou-se numa fábrica de alpargatas. No ano seguinte o filho mais velho abandonou o emprego na fábrica de camas porque o tio, Mário, conseguira vaga para ele na Good-Year, onde passou a ganhar mais. O pai empregou-se na fábrica de camas, na vaga do filho. Nessa mesma época a filha foi também trabalhar na fábrica de alpargatas.

Em 1948, a situação da família de Sílvia era muito boa, com o pai, a sobrinha e quatro filhos empregados. Sílvia começou então a instar com os outros irmãos para que também se mudassem para São Paulo.

Veio primeiro Antônio (I 2), cuja filha já estava aqui. Trouxe a mulher e mais duas filhas, que também foram trabalhar na fábrica de alpargatas. Para o pai foi difícil conseguir emprego e começou a vender pipoca na rua.

Logo vieram Hortênsia (i 3), o marido e três filhos. Com o dinheiro da venda do sítio que possuíam, compraram uma casa. As duas filhas mais velhas foram trabalhar na fábrica de alpargatas com as primas. A mais nova terminou o grupo e foi também trabalhar na mesma fábrica. O pai não se empregou. Passou a viajar entre São Carlos e São Paulo, comprando e vendendo frutas, ovos e legumes.

Em 1950 mudaram-se mais três irmãos. Armando (I 8), que era casado e trabalhava em fábrica de tecido veio com a fábrica, que se transferiu para cá. Os filhos eram pequenos, estudaram aqui. Pedro (I 7), também casado e operário, veio logo depois desse irmão, com quem se hospedou até conseguir emprego. Mário (I 6) arrumou para ele colocação na Good-Year, onde então ainda trabalhava. Nesse mesmo ano faleceu o pai em São Carlos e Luís (I 11), o caçula, que era aprendiz de alfaiate, veio morar com a irmã Hortênsia (i 3). O cunhado conseguiu emprego para ele em uma alfaiataria.

longa como a mulher

Ficaram em São Carlos apenas Luíza (i 9), casada com um guarda-linha da Cia. Paulista de Estradas de Ferro e Walter (I 10). Walter havia sido encaminhado para o seminário pelos padres, mas acabara desistindo e se empregara, com o auxílio do cunhado, na Cia. Paulista de Estradas de Ferro, onde hoje é chefe de escritório.

Completa-se assim, em 1950, o movimento migratório desse grupo de irmãos, que se iniciara em 1935.

Nessa época já se haviam dado importantes mudanças de ocupação. O marido de Sílvia perdera o emprego na fábrica de camas e foi trabalhar como servente de pedreiro com o cunhado, Antônio, que deixou de vender pipoca. Ao mesmo tempo, iniciou a construção de uma casa no terreno que possuía. Mário (I 6), depois de 9 anos na Good-Year foi despedido ("para não ganhar estabilidade"), e, com o dinheiro da indenização comprou um bar. Um dos filhos de Sílvia foi trabalhar com ele.

Seria demasiadamente longo e cansativo reconstruir os movimentos de todos esses irmãos, filhos e sobrinhos. Indicaremos apenas, em linhas gerais, a história ocupacional da família de Sílvia, que inclui 7 filhos: João (F 1), Amadeu (F 2), Lúcio (F 3), Zulmira (f 4), Ariovaldo (F 5), Milton (F 6), e Ana Maria (f 7).

João, o mais velho, abandonou a Good-Year para fazer o serviço militar em São Carlos, e casou-se lá. Quando foi dispensado, voltou para São Paulo mas não conseguiu emprego. Trabalhou então alguns meses como servente de pedreiro com o pai, até conseguir colocar-se na Ford, onde aprendeu o ofício de funileiro. Despedido da Ford, (por motivos não especificados), recebeu uma pequena indenização e decidiu trabalhar por conta própria. Como em São Paulo era difícil, foi para São Carlos, onde tinha amigos e parentes da mulher. Comprou a prestação um pequeno bar, que acabou falindo. Voltou novamente para São Paulo. Mais uma vez sem emprego, foi trabalhar com a irmã na fábrica de alpargatas até conseguir coisa melhor. Ao mesmo tempo, era zelador de um Clube de Futebol. Logo depois abandonou os dois empregos, porque con-

seguiu, através do cunhado (marido de Zulmira) colocação na Mercedes Benz, como funileiro.

Amadeu (F 2) trabalhou 9 anos numa fábrica, primeiro como aprendiz, depois como serralheiro. Despedido da fábrica, também quis trabalhar por conta própria. Com o dinheiro da indenização, comprou uma oficina em Belo Horizonte. "Foi onde achou bom negócio", diz a mãe: "deu a louca e abalou-se para lá com a família". Então já era casado, com uma filha pequena.

Lúcio (F 3), trabalhou 4 anos na fábrica de camas. Quando completou 18 anos o tio (José, I 5) conseguiu empregá-lo na Pirelli, onde estão ambos até hoje (ele e o tio). É casado, tem 2 crianças.

A filha Zulmira (f 4), trabalhou na fábrica de alpargatas até 1957. Abandonou o emprego quando casou. O marido também é operário, funileiro (não há informações sobre onde trabalha).

Ariovaldo (F 5), trabalhou dois anos no bar do tio. Quando este vendeu o negócio, foi trabalhar numa fábrica de suspensórios. Saiu para ganhar mais na fábrica de alpargatas, onde a irmã ainda trabalhava.

Milton (F 6) começou a trabalhar com 14 anos na fábrica de suspensórios, emprego arrumado por Ariovaldo. Depois de dois anos saiu porque Amadeu (F 2) conseguiu colocá-lo como aprendiz de serralheiro, "para ter um ofício".

Era essa a situação da família em 1957, quando apareceu a oportunidade de comprarem um bar. Foi Mário (I 6) quem indicou o negócio. Deram a casa de entrada e ficaram pagando o resto a prestações. Os filhos mais novos, Ariovaldo e Milton, abandonaram os empregos para auxiliar o pai no balcão.

Nesse mesmo ano, a oficina de Amadeu em Belo Horizonte faliu, e ele voltou para São Paulo. Como estava também sem emprego, ficou trabalhando com o pai no bar, mas o negócio era muito pequeno para duas famílias e então o irmão mais velho, João, arrumou-lhe um emprego como serralheiro na Mercedes Benz.

Apesar de tão longa, não pudemos deixar de apresentar a história dessa família, pois este caso ilustra

inúmeros processos que se manifestam de modo recorrente entre famílias de migrantes.

A história ocupacional desse conjunto de pessoas demonstra plenamente como o grupo de parentes orienta a carreira dos membros através da indicação de colocações. Veja-se como, num determinado momento, três fábricas, a Good-Year, a Pirelli, e a fábrica de alpargatas absorviam a grande parte da mão-de-obra ativa. Nota-se também como os indivíduos que conseguem colocações melhores passam a agir como ponto de apoio para a ascensão ocupacional dos parentes. Nesse caso, é o emprego de Mário na Pirelli, o da filha de Antônio na fábrica de alpargatas e, mais tarde, do marido de Zulmira na Mercedes Benz que abrem as perspectivas mais promissoras para o ingresso da família no operariado industrial.

Por outro lado, as carreiras individuais de quatro membros da família (Mário, José, Antônio e o marido de Sílvia) ilustram o movimento tão freqüente que leva à tentativa, geralmente fracassada, do trabalho por conta própria e do retorno ao trabalho assalariado. Mesmo nestas aventuras é fácil notar a importância das experiências pessoais dos membros da família na orientação dos empreendimentos, pois três dos "negócios" são bares. É, pois, a comunicação direta da experiência que constrói, dentro dos grupos primários, um acervo de conhecimentos necessariamente parciais, mas variavelmente ricos, das oportunidades existentes no sistema econômico.

Tendem portanto a manter-se, na situação urbana, para o grupo de parentes, os princípios organizatórios que regulavam a vida social da comunidade rural. Subsiste a família conjugal como unidade relativamente coesa e estável, cercada de um círculo de parentes mais ou menos próximos, com os quais não se mantêm necessariamente contatos sociais contínuos ou freqüentes, mas que são mobilizados em situação de crise.

As relações de parentesco mais importantes, isto é, aquelas que levam à formação de unidades relativamente estáveis de cooperação e auxílio mútuo, mais amplas que o grupo doméstico, são as relações entre irmãos. Nesse sentido, o grupo de parentesco é bastante restrito e representa a conservação dos laços criados

na família de origem, após a constituição de uma família de procriação. Na verdade, todo o processo de migração sucessiva de parentes se apresenta, fundamentalmente, como a tentativa de reconstituição de um grupo de irmãos. Quando a migração é iniciada por jovens solteiros, o processo tende à reconstituição de um único grupo doméstico, e culmina com a migração dos pais. Quando, ao contrário, a migração se inicia com chefes de família, recém-casados ou já com filhos, a migração sucessiva de irmãos tende à formação de um grupo amplo de parentes, constituído por diversos grupos domésticos (como é o caso da entrevista que transcrevemos mais atrás). A importância fundamental da relação entre irmãos na definição das relações entre grupos domésticos diferentes permite entender o processo de fragmentação dos grupos de parentesco através das gerações, assim como a variação de sua amplitude e importância conforme a idade das pessoas consideradas. Assim, para o jovem, o foco das relações de parentesco é o seu grupo doméstico, onde vivem todos os seus irmãos. As relações com outros grupos domésticos são antes relações mantidas por seus tios com seus pais, que relações de seus tios com ele próprio. Com o casamento sucessivo dos irmãos, as relações de cada um passam a abranger um grupo mais amplo de parentes (cunhados e sobrinhos), que incluem diversos grupos domésticos, inclusive o dos pais. Nessa época, inclusive, é que os casais apresentam a maior dependência em relação aos parentes, o que contribui para solidificar, em novas bases, as relações entre pais e filhos e entre irmãos. Com a morte dos pais, as relações com os tios e primos, que eram mantidas principalmente através daqueles, tendem a se tornar cada vez mais distantes.

É difícil precisar a medida em que esta estrutura dos grupos de parentesco corresponde a uma redução dos grupos existentes na zona rural. Nas comunidades relativamente estáveis, onde a abundância de terras permite a permanência de gerações sucessivas no mesmo local, as relações de vizinhança certamente tendem a ampliar o grupo de parentes que mantêm entre si relações contínuas, permanentes e estreitas. Por outro lado, onde existe grande mobilidade de mão-de-obra,

assim como entre os trabalhadores sem terra, temos a impressão que a estrutura dos grupos é a mesma que a existente na cidade, com a restrição das relações mais íntimas e das obrigações de auxílio ao grupo de irmãos.

Essas observações não devem dar a entender que a organização e as funções desses grupos não se alterem. Em primeiro lugar, a participação crescente em grupos funcionais e a separação espacial freqüente nas cidades certamente tende a diminuir a intensidade de contatos entre parentes. Na zona rural, como parentesco e compadrio constituem os laços fundamentais que unem as pessoas e como os grupos são relativamente pequenos, as relações entre parentes abrangem a quase totalidade dos contatos interpessoais. Parentes, vizinhos, amigos e companheiros de trabalho tendem a ser as mesmas pessoas, o que é característico das organizações comunitárias. Na cidade, esses grupos tendem a se dissociar, levando necessariamente uma restrição da importância do parentesco como princípio de organização social. Entretanto, ao passo que a participação em outros grupos ou instituições se dá, em escala crescente, através de contatos categóricos, a família e os parentes continuam como grupos onde persistem relações que envolvem a totalidade da pessoa. Dá sua importância e talvez até a intensificação dos laços familiares, especialmente os laços conjugais.⁴ Desse modo, o grupo doméstico e o de parentes não são substituídos pela participação em grupos funcionais. A participação nesses grupos se sobrepõe como outro nível de integração, conservando a família e os parentes como grupos que podem ser mobilizados em qualquer situação, pois se baseiam em um tipo de solidariedade que é pessoal e total.

Por outro lado, o compadrio parece desaparecer paulatinamente. O compadrio é uma instituição que formaliza obrigações recíprocas de natureza pessoal, e é adequado para estender as relações sociais para além da família, em sociedades baseada em vínculos perso-

(4) É interessante, a esse respeito, a hipótese de Gluckmann, de que "quando a família mantém relações diferentes com parentes, vizinhos, amigos e companheiros de trabalho, os cônjuges agem muito mais em conjunto. Mas onde parentes, vizinhos, amigos e companheiros de trabalho tendem a ser as mesmas pessoas... as atividades dos cônjuges separam-se" (Gluckmann, 1963, págs. 78-79). Sobre a mesma questão consulte-se também Moguey, 1963.

nalistas. Na cidade, ao contrário, a família se integra necessariamente em outras instituições e grupos através de contatos categóricos. O compadrio é inadequado para validar relações dessa natureza e perde sua função principal, a de estender as relações sociais. Restringe-se assim ao âmbito familiar, no qual não introduz nenhum elemento novo, mas apenas confirma relações já existentes.

A Transformação do Grupo Doméstico

Se, de um lado, as condições de vida urbana favorecem a manutenção da família e do grupo de parentesco, de outro, a individualização do trabalho e o aproveitamento diferencial de oportunidades educacionais e ocupacionais provoca alterações pronunciadas na organização da unidade doméstica.

Nas comunidades rurais a família é a unidade produtiva. É sempre o pai quem distribui as tarefas, dirige o trabalho e recebe a remuneração.⁵ Na cidade, ao contrário, filhos e pais trabalham em lugares diferentes, em atividades independentes e recebem, cada um o seu salário. Desfaz-se desse modo o fundamento econômico da autoridade paterna.

É interessante notar que, apesar das conseqüências que acarreta, a individualização do trabalho não assoma à consciência do migrante como característica do trabalho urbano em oposição ao rural. Aliás, a individualização do trabalho é vista antes como individualização da remuneração do que da atividade, desde que se continua a trabalhar *com outros*. São mesmo freqüentes apreciações favoráveis sobre a concentração de operários que ocorre nas fábricas, especialmente porque criam oportunidades de fazer relações, "conhecer pessoas". Na expressão de um informante

(5) Este problema, aliás, levou a uma distorção sistemática dos dados do questionário da pesquisa do Dr. Hutchinson (do qual extraímos a nossa subamostra), criando inclusive grandes dificuldades para a discriminação dos trabalhadores de origem rural. Respondendo a pergunta "qual sua primeira ocupação", ou "qual seu primeiro emprego", os migrantes omitiram sistematicamente referências ao trabalho realizado com o pai, por não o considerarem nem emprego, nem atividade remunerada. A ocupação de "lavrador" é mencionada pelos chefes de famílias. Os filhos dizem simplesmente que ajudam o pai.

o que mais apreciava no trabalho de operário industrial era "trabalhar naquela multidão; homem, mulher, tudo junto". Por outro lado, o fato de que os filhos passam a receber salário quando antes apenas o chefe de família era remunerado, é visto não como uma fragmentação da atividade produtiva da família, mas antes como sua multiplicação. Por isso mesmo é que entre os aspectos favoráveis da vida urbana menciona-se frequentemente o fato de que, na cidade "há emprego para os filhos", "as crianças também podem ganhar".

Mas as alterações na posição econômica relativa dos membros da família não se devem somente à individualização de trabalho. As oportunidades de trabalho favorecem de modo diverso jovens e velhos. São os chefes de família mais idosos que passam a ocupar os empregos menos bem remunerados e são os moços que conseguem melhores posições. Subverte-se assim no campo econômico, a hierarquia doméstica, dificultando a manutenção da autoridade paterna nos molcos tradicionais.

As transformações que ocorrem na estrutura familiar prendem-se portanto a alterações na posição dos jovens e se manifestam principalmente na esfera das relações entre pais e filhos.⁶

Na zona rural, a independência do jovem que atinge a maturidade social se processa dentro da família, de cujas atividades participa. No horizonte social restrito dessa população, há poucas possibilidades de formação de grupos de convivência que não sejam também grupos de parentesco. A importância do trabalho juvenil para o grupo doméstico limita as atividades do jovem que se desenrolam fora desse grupo: apenas as atividades lúdicas e religiosas têm lugar dentro de um campo social mais extenso e essas são relativamente raras. A vida do jovem decorre portanto, dentro do grupo doméstico, que é o grupo por excelência de trabalho e de convivência.

Na cidade, ao contrário, o trabalho fora de casa, como a frequência à escola, criam condições para a fer-

(6) O problema particular da estrutura familiar foi objeto de uma pesquisa paralela da Dra. Carolina Martucelli dentro do projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Infelizmente, como essa pesquisa não foi ainda elaborada, não pudemos utilizar seus resultados, ao contrário do que esperávamos no início do trabalho.

mação de grupos de convivência propriamente juvenis, alheios aos laços de parentescos, dentro dos quais se desenrola a corte aos jovens de sexo oposto, a participação nos divertimentos de massa e a prática do esporte. As referências constantes feitas pelos jovens a "amigos" e "colegas de trabalho" evidenciam a importância desses grupos. Desde que eles não se organizam como "grupos de migrantes", mas como grupos de jovens de origens diversas, propiciam aos moços oportunidades de aprendizagem de padrões e valores urbanos que não existem para os mais velhos. São os jovens portanto, que adquirem mais facilmente e mais rapidamente os padrões e valores necessários à orientação no universo urbano. Sua experiência se torna mais rica e, principalmente, mais adequada do que a dos velhos.⁷ Os pais passam a depender dos filhos para informações, explicações e orientações sobre o mundo urbano. Subverte-se, assim, a hierarquia da experiência e da sabedoria que é um dos esteios da autoridade paterna tradicional.

Esta questão aparece com bastante clareza na análise da mobilidade ocupacional. Mostramos anteriormente que a obtenção de empregos melhores não se prende apenas à capacidade técnica, mas também ao conhecimento de padrões de comportamento que regulam as relações interpessoais. Isto é especialmente verdadeiro para as ocupações não-manuais. O trabalho em escritório, a ocupação de balconista ou vendedor pressupõe uma certa desenvoltura de maneiras, uma facilidade de trato, um modo de trajar que são próprios da classe média urbana. Nos anúncios de emprego essas exigências são resumidas na palavra "aparência". Esta exigência, que tende a excluir dos empregos mais valorizados a população negra, como foi tantas vezes demonstrado nas pesquisas recentes sobre as relações raciais, exclui também, de modo quase tão efetivo, a população branca de origem mais humilde. O

(7) Sobre esta questão, é importante o trabalho de Eisenstadt *From Generation to Generation*, em que o autor procura demonstrar a importância dos grupos de idade no processo de socialização, especialmente naquelas sociedades em que o sistema social se fundamenta em princípios integrativos diferentes dos que regem a vida familiar. Sua função seria particularmente importante nos casos em que os princípios integrativos da sociedade são universalistas. Esse seria o caso particular dos migrantes, em que os jovens fazem inclusive a transição de uma sociedade personalista para uma universal (Eisenstadt, 1956).

*
sucesso alcançado no programa de ascensão social que a família traça para si implica, freqüentemente, no acesso a essas posições, que só podem ser obtidas através da transformação da pessoa — dos hábitos, maneiras e aparência. Essa aprendizagem de padrões de comportamento por assim dizer externos, que são simbolicamente associados à situação de classe, não é feita formalmente. Na escola, o ensino formal contribui pouco para essa aprendizagem, tão indispensável do ponto de vista do migrante em processo de ascensão. É através da participação nos diferentes grupos de convivência que os padrões podem ser assimilados.⁸ Essa remodelação da aparência, implica, de um lado, na incorporação dos valores urbanos que a provocam e, de outro, na reconstrução da pessoa em termos desses valores. Como a família se apresenta como o grupo por excelência de participação do indivíduo, em sua integridade, é comum também que esse projeto de ascensão social através de remodelação da aparência leve à tentativa de imposição dos novos valores e padrões de comportamento ao grupo doméstico. É o caso tão comum dos jovens que reclamam a “falta de educação” dos irmãos, a aparência desleixada da mãe, os hábitos “caipiras” do pai, a pobreza da casa, a rudeza da vizinhança, criando conflitos na família que podem levar inclusive à sua ruptura.

O trabalho que Borges Pereira realizou em uma escola secundária aborda este problema e os depoimentos de alunos e pais ilustram muito bem a natureza desse conflito. Trata-se de um Ginásio Oficial que serve uma população de origem predominantemente rural, para a qual a escola representa um instrumento de ascensão social pensada, principalmente, como obtenção de empregos não-manuais. Citaremos dois depoimentos como exemplo:

“... (Minha filha) não é má, mas briga e ofende os irmãos, chamando-os de ignorantes. Antes ela era obediente e respeitava os irmãos mais velhos. Agora não há quem possa com ela. Só vive reclamando: re-

(8) É desse modo, inclusive, que o sucesso de um membro da família pode contribuir para a ascensão de outros: na medida em que ele oferece um modelo de comportamento que pode ser copiado e imitado.

clama dos vizinhos, reclama da casa, reclama até da comida...” (Borges Pereira, 1966, pág. 129).

E, complementarmente, diz uma aluna: “Minha mãe vive me acusando de ter vergonha da família. Eu não tenho vergonha de meus pais e de meus irmãos. Queria que eles se vestissem melhor, tivessem outra educação. Queria também que meu pai tivesse outro emprego. Queria que minha casa fosse confortável, com biblioteca e música. Minha casa é tão diferente daquilo que eu gostaria que fosse. Quando visito meus amigos, fico observando. Eles ouvem música, discutem assuntos elevados. Em casa não. Ninguém me entende, nem quer me entender” (Borges Pereira, 1966, pág. 129).

Os depoimentos são tão semelhantes uns aos outros, que seria desnecessário multiplicar os exemplos. É verdade que esta situação de conflito entre adolescentes e seus pais não é, de modo algum, característica exclusiva de migrantes rurais e se manifesta sempre com particular intensidade nas famílias em processo de ascensão social. Mas, com respeito aos migrantes, o conflito ilustra o modo através do qual os jovens adquirem, ou tentam adquirir, padrões de comportamento urbanos. Não se trata, nesse caso, de “quaisquer padrões urbanos” mas, desde que a vinda e a permanência na cidade estão vinculadas a um projeto de ascensão social, de padrões diferenciais que caracterizam a classe média. Na verdade, os alunos dessa escola prendem-se mais a um estereótipo da classe média do que a padrões reais. E a tentativa de reproduzir as aparências, deixa muitas vezes transparecer orientações da conduta que são, fundamentalmente, tradicionais, e devem derivar da origem rural dessa população. Entre outros elementos, aponta-se, nesse mesmo trabalho, o constante apelo ao diretor e aos professores para que ajam como “padrinhos” (isto é, “patrões” benévolos) especialmente ajudando os alunos a obter colocações mais satisfatórias.

Mas o que é importante notar, neste momento, é a importância das “amizades”, através das quais o jovem se propõe remodelar a sua “aparência” (isto é, sua imagem externa). Não se deve entretanto exagerar a importância desses grupos, que não são nem permanentes,

nem organizados formalmente. Sua composição é fluida e varia com a mudança de resistência, de escola, de emprego. Não podem, por isso mesmo, substituir a família como o grupo de referência por excelência na orientação das decisões mais cruciais da existência. Essa importância da família fica aliás patente nos próprios depoimentos que citamos, na medida em que o projeto de "melhoria de vida" do jovem parece incluir necessariamente a remodelação da família e não se apresenta como uma tentativa de libertar-se definitivamente de sua tutela.

Desse modo, se as maiores transformações na organização familiar ocorrem na esfera das relações entre pais e filhos, é necessário apontar, por outro lado, que as tensões decorrentes da independência crescente dos jovens é contrabalançada por outros fatores integrativos.

Em primeiro lugar, o jovem é integrado na família não apenas como consumidor, mas também como produtor, isto é, ele é levado a assumir a responsabilidade de contribuir para a manutenção da casa. O trabalho dos filhos é, freqüentemente, essencial para o equilíbrio do orçamento doméstico, e o processo de socialização da criança é orientado nesse sentido.⁹ Assim, a necessidade de "ajudar os pais" impede maior liberdade dos jovens, ao mesmo tempo que o trabalho diminui o tempo livre e, portanto, a participação nos grupos de convivência extrafamiliares.

Por outro lado, a emancipação progressiva dos jovens, que se completa com o casamento, encontra apoio na existência de padrões tradicionais que preconizam a independência dos jovens adultos. Por isso mesmo, a ascensão social dos filhos de sexo masculino, que se dá paralelamente à sua emancipação da autoridade paterna, não parece levar freqüentemente a conflitos abertos que acarretem a dissolução da família. Aqui, como no campo, os filhos adultos, especialmente os casados, controlam seu rendimento e apenas "ajudam" os pais. Mas aqui, mais do que na zona rural, o bem-estar da

(9) Vejam-se a esse respeito as observações de Luís Pereira, no trabalho já citado sobre um bairro de forte concentração de migrantes: "Ajudar os pais" é uma expressão freqüente entre os adultos da área, quando se referem aos filhos... E, de fato, assim que estiverem 'crescidos', e mesmo antes de concluírem o curso primário, os filhos começam a ajudar os pais" (Pereira, 1960, pág. 21).

família depende da cooperação dos filhos solteiros. O que se nota portanto é que os pais idosos, especialmente aqueles que migraram após o casamento dos filhos, não se "acostumam" à vida na cidade. Impossibilitados de encontrar emprego, incapazes de orientar os filhos que têm melhores conhecimentos da situação urbana, não lhes resta, por assim dizer, nenhuma função. Preferem, muitas vezes, voltar à terra natal, onde a agricultura lhes dá "de que viver" do que ficar dependendo da "caridade" dos filhos.

Por outro lado, parecem freqüentes os conflitos entre pais e filhas, assim como entre irmãos e irmãs. Nesse caso, a independência econômica da jovem que trabalha, ganhando muitas vezes tanto ou mais do que o pai e os irmãos, se opõe aos padrões tradicionais que atribuem à mulher uma posição sempre secundária e dependente. Na família rural, como vimos, a autonomia feminina se restringe à esfera doméstica e se manifesta apenas após o casamento. A independência da mulher na esfera das relações sociais mais amplas só ocorre, normalmente, quando atingem a meia-idade (sendo mais pronunciada nas viúvas) e se dá através da influência que exercem sobre os filhos adultos. Por isso mesmo é que a independência da jovem que trabalha parece ser fonte de conflitos domésticos, sendo comum que o pai e mesmo, às vezes, os irmãos, exijam que as moças entreguem em casa todo o ordenado, privando-as de qualquer autonomia financeira e se oponham a que a jovem participe de grupos de convivência juvenis.

Mas, mesmo para as mulheres que migraram jovens, a independência econômica que atingem como solteiras cessa com o casamento. Parece ser a posição da mãe de família a que menos se altera na situação urbana. O cuidado dos filhos continua a ser a função principal da mãe de família e sua contribuição econômica, aqui como na zona rural, é dada quando indispensável — a mulher casada é uma mão-de-obra de reserva, empregada esporadicamente, a maior parte das vezes em ocupações marginais, cujo rendimento é quase sempre considerado apenas como auxílio ao marido, principal responsável, com os filhos, pelo bem-estar econômico da família. Parece entretanto recair, de modo crescente, sobre a mãe, a responsabilidade de manter

vivas as relações de parentesco para além da família nuclear. Embora seja impossível fazer uma afirmação categórica, parece que a diferenciação entre grupo de trabalho, grupo de vizinhança e grupo de parentesco tende a dificultar as relações de chefes de família e filhos solteiros que “trabalham fora”, com o grupo de parentes. São as mães, que “não trabalham fora”, que iniciam e mantêm as relações de parentesco e vizinhança, nas quais maridos e filhos solteiros participam, por assim dizer, por intermédio das mulheres. O importante é notar que o grupo de participação da mulher casada e sua posição na estrutura familiar não parece sofrer grandes transformações com a migração. A transformação se dá na carreira feminina, na medida em que tende a haver uma mudança bastante radical entre as atividades da mulher solteira e as da mulher casada. Entretanto, é possível também que o enfraquecimento da autoridade paterna em relação aos filhos, assim como a crescente autonomia e iniciativa feminina em uma esfera particular das relações sociais (as relações de parentesco) contribuam para uma maior independência da mulher em relação ao marido.

A Família como Unidade de Consumo e Cooperação

O que se pode concluir dessas observações é que, na cidade, a família se reorganiza mas permanece como o grupo responsável pelo bem-estar e a segurança econômica dos seus membros e é, por assim dizer, o ponto de referência e o núcleo de reelaboração dos padrões de comportamento e das representações coletivas.

Já observamos anteriormente que a migração para a cidade é motivada por insatisfações da natureza predominantemente econômica, que se manifestam em termos de uma necessidade crescente de dinheiro. De modo correspondente, quando perguntávamos aos informantes se estavam satisfeitos com o resultado da migração, a avaliação da situação presente em relação a anterior era sempre feita em termos de nível de vida. A grande maioria dos migrantes achava que a migração havia sido bem sucedida “porque aqui ganhavam mais”,

“tinham mais conforto”, “viviavam melhor”. Embora, como já demonstramos, os migrantes possuam aspirações e avaliações ocupacionais bem definidas, que se referem à natureza da atividade que exercem ou venham a exercer em São Paulo, o sucesso da migração não parece ser visto como decorrente do tipo de ocupação mas antes do nível de consumo. E este, evidentemente, se apresenta como nível de vida da família, isto é, da unidade doméstica, e não do indivíduo considerado isoladamente.

A posse de móveis, rádio, fogão a gás, às vezes inclusive geladeira e televisão, é motivo de orgulho e prova palpável de sucesso alcançado. Mas é importante notar que o nível de sucesso depende não apenas das ocupações e remunerações individuais, mas, e talvez principalmente, do número de pessoas ocupadas da família. É assim que um migrante idoso, ocupado marginalmente como servente de pedreiro, pode gozar de bom nível de vida e considerar a migração compensadora, porque chefia uma família onde há 3 ou 4 filhos empregados regularmente. É nesse sentido que a migração continua a ser um empreendimento eminentemente familiar e que se processa a integração econômica dos jovens no grupo doméstico.

A aquisição de um nível de renda relativamente confortável, que é resultado do ganho conjunto de um grupo de irmãos, garante também uma segurança econômica muito maior. E como não é necessariamente desastroso o desemprego para um ou outro membro da família, parece, inclusive, haver maior facilidade em abandonar empregos pouco compensadores e procurar colocações mais vantajosas. Mais ainda, só a presença de uma família numerosa permite a libertação da mão-de-obra infantil e, às vezes, também da juvenil, que é orientada no sentido de usufruir as oportunidades educacionais existentes. As oportunidades diferenciais de ascensão social na cidade, que favorecem os mais jovens e, principalmente, os imaturos, só podem ser aproveitadas plenamente quando se reorganiza a unidade

(10) Trata-se, neste caso, da família numerosa de origem rural. Como já observamos anteriormente na cidade, a dependência em que encontram as famílias recém-formadas do salário de um único adulto, o pai, torna a prole muito onerosa e tende a restringir o tamanho do grupo doméstico.

familiar ampla.¹⁰ A escolarização dos jovens e mesmo a presença dos jovens migrantes na cidade só é possível pela participação num grupo doméstico que garanta a sua subsistência. Por outro lado, a extensão do período educacional depende também do nível de renda da família que é função, como vimos, do número de pessoas regularmente empregadas. Embora seja geral o esforço em fazer os filhos freqüentarem a escola primária, raramente é possível custear maiores estudos para todos os filhos: as despesas de transporte, livros, cadernos e roupas pesam muito em orçamentos tão restritos como os da maioria dos migrantes, mesmo quando a escola é gratuita. Por isso mesmo, o esforço de escolarização se concentra, em geral, em um dos filhos — ou o caçula, que pode contar com uma maior folga financeira da família, se os mais velhos já estiverem empregados, ou um outro que demonstre habilidade especial e que, por isso, possa aproveitar melhor o investimento de dinheiro que a educação representa. Na expressão dos informantes, o filho que tenha “melhor cabeça”. É nesse sentido que a própria escolarização é um projeto familiar. É necessário também não esquecer que a escolarização dos jovens depende em grande parte da imposição da disciplina familiar. É a autoridade dos pais que obriga as crianças a freqüentar escolas, que estimula a procura de empregos mais qualificados e melhor remunerados. A família é um fator importante de controle social, e o sucesso com que se consegue manter a integridade do grupo doméstico e a disciplina familiar, parece contribuir de modo muito marcado para a manutenção ou estabelecimento de hábitos e valores que favorecem o ingresso no mercado regular de mão-de-obra.

A migração e o projeto de ascensão social que a motiva são, portanto, empreendimentos familiares. Por isso é que a família se mantém, e talvez mesmo se fortaleça nas condições urbanas de vida, apesar dos conflitos internos que são gerados pela transformação da atividade econômica de seus componentes.

A possibilidade de ascensão de um membro da família representa uma melhoria no nível de vida de todos, na medida em que se conserva a unidade do

grupo doméstico. Mas, mesmo com a fragmentação decorrente do casamento dos filhos, a família espera beneficiar-se da ascensão ocupacional de um de seus membros através da tendência de concentrar nos empregos mais produtivos a maior parte da mão-de-obra familiar. Um parente bem colocado é sempre considerado uma agência de empregos. Representa uma cabeça-de-pontes através da qual os parentes se informam da existência de melhores oportunidades de colocação, da natureza dessas oportunidades, do modo de disputá-las.

Concluem-se que as possibilidades de ascensão são maiores para as famílias numerosas, com muitos filhos para garantir a subsistência da família e um nível de renda relativamente alto. A manutenção de uma unidade doméstica nessas condições depende também, pelo menos em parte, da manutenção da disciplina que regula as relações intradomésticas, que é função dos pais. É nesse sentido que assume importância a presença de indivíduos idbsos no contingente migratório, embora sua participação econômica seja relativamente pequena. Eles são importantes na medida em que chegam e mantêm unidos, grupos familiares que constituem unidades importantes de cooperação econômica.

O que se pode concluir destas observações é que, na cidade, a família se reorganiza mas permanece como o grupo basicamente responsável pelo bem-estar e segurança econômica de seus membros e é, por assim dizer, o ponto de referência e o núcleo de reelaboração dos padrões de comportamento e das representações coletivas.